

# **Zatix Tecnologia S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2018 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Zatix Tecnologia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Zatix Tecnologia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zatix Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfases**

#### *Contingências possíveis*

Conforme descrito na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, a Companhia discute na esfera administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis que totalizam R\$156.966 mil e R\$152.753 mil em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva em virtude deste assunto.

#### *Capital circulante líquido negativo*

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 57.672 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 24.726 mil em 31 de dezembro de 2017), sendo que destes, R\$27.281 mil é com partes relacionadas. A administração entende que essa situação será revertida com as ações descritas na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva em virtude deste assunto.

### **Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

DELOITTE BRASIL  
Auditores Independentes Ltda.

  
José Luiz Santos Vaz Sampaio  
Contador  
CRC nº 1 BA 015640/O-3

ZATIX TECNOLOGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.499	8.237	Fornecedores	12	14.677	11.430
Contas a receber	5	12.670	12.516	Empréstimos e financiamentos	13	41.936	35.875
Estoques	6	11.194	10.120	Debêntures a pagar	14	27.281	-
Impostos a recuperar	7	2.590	1.861	Salários, provisão para férias e encargos	15	6.752	6.260
Outras contas a receber		<u>863</u>	<u>546</u>	Impostos e contribuições a recolher	16	1.710	1.451
Total do ativo circulante		<u>40.816</u>	<u>33.280</u>	Impostos e contribuições parcelados	17	1.232	1.257
				Partes relacionadas	18	4.665	1.697
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Adiantamentos de clientes		<u>235</u>	<u>36</u>
Contas a receber	5	34	79	Total do passivo circulante		<u>98.488</u>	<u>58.006</u>
Indenizações a receber	9	11.469	11.185				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	13.532	14.107	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Depósitos judiciais	20.3	1.336	1.627	Fornecedores	12	-	498
Outras contas a receber		54	76	Empréstimos e financiamentos	13	4.830	7.843
Imobilizado	10	20.903	22.630	Debêntures a pagar	14	-	24.052
Intangível:				Impostos e contribuições parcelados	17	3.683	4.480
Ágio na aquisição de investimentos	11	102.858	102.858	Provisão para riscos	20.1 e 20.2	<u>9.906</u>	<u>10.293</u>
Outros intangíveis	11	<u>22.110</u>	<u>25.029</u>	Total do passivo não circulante		<u>18.419</u>	<u>47.166</u>
Total do ativo não circulante		172.296	177.591				
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	21	197.480	197.480
				Prejuízos acumulados		<u>(101.275)</u>	<u>(91.781)</u>
				Total do patrimônio líquido		96.205	105.699
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>213.112</u>	<u>210.871</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>213.112</u>	<u>210.871</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ZATIX TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

---

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	24	126.729	115.593
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	25	(76.237)	(72.935)
LUCRO BRUTO		<u>50.492</u>	<u>42.658</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	25	(23.437)	(23.661)
Com vendas	25	(14.136)	(14.922)
Outras despesas operacionais, líquidas	25	(8.787)	(8.342)
Perda no valor de recuperação de ativos - impairment	11	-	(26.031)
Itens não recorrentes	26	-	(2.397)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		<u>4.132</u>	<u>(32.695)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	29	1.507	3.288
Despesas financeiras	29	<u>(15.133)</u>	<u>(16.588)</u>
		(13.626)	(13.300)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(9.494)</u>	<u>(45.995)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - R\$	22	<u>(0,159)</u>	<u>(0,769)</u>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

ZATIX TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(9.494)	(45.995)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(9.494)</u>	<u>(45.995)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ZATIX TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	197.480	(45.786)	151.694
Prejuízo do exercício		(45.995)	(45.995)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>197.480</u>	<u>(91.781)</u>	<u>105.699</u>
Prejuízo do exercício	-	(9.494)	(9.494)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>197.480</u>	<u>(101.275)</u>	<u>96.205</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ZATIX TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo do exercício		(9.494)	(45.995)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	25	11.582	11.328
Baixa e provisão de ativo imobilizado e intangível	25	2.836	1.713
Perda no valor de recuperação de ativos	11	-	26.031
Provisão para obsolescência de estoques	25 e 26	555	3.267
Provisão de ajuste a valor presente - contas a receber		(25)	(79)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25 e 26	409	2.434
Perda de créditos de clientes	25	734	1.346
Provisão de ajuste a valor presente - fornecedores		223	371
Constituição de provisão para riscos	20.1	1.907	1.887
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	13	5.443	6.718
Variações cambiais sobre empréstimos	13	-	(23)
Juros sobre debêntures	14	3.229	2.859
Juros sobre contratos com partes relacionadas	18	746	60
Atualização monetária sobre indenizações a receber	29	(159)	(176)
Juros e atualização monetária		338	465
Outras provisões		130	125
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.227)	(1.088)
Estoques		(1.629)	(1.282)
Impostos a recuperar		(729)	123
Depósitos judiciais		270	(420)
Indenizações a receber	9	(125)	(352)
Outras contas a receber		(295)	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.746	(592)
Salários, provisão para férias e encargos		492	(3.340)
Impostos e contribuições a recolher		259	(3.486)
Impostos e contribuições parcelados		(266)	3.921
Pagamento de provisão para riscos		(2.722)	(1.479)
Adiantamentos de clientes		199	(305)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		14.427	4.030
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	13	(5.521)	(7.301)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		8.906	(3.271)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Adições ao imobilizado	10	(5.150)	(6.274)
Adições ao intangível	11 e 32	(3.670)	(3.330)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(8.820)	(9.604)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos	13	26.389	17.279
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13	(23.435)	(23.531)
Partes relacionadas - valores pagos e recebidos	9 e 18	2.222	1.637
Debêntures	14	-	6.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		5.176	1.385
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>5.262</b>	<b>(11.490)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
Saldo inicial	4	8.237	19.727
Saldo final	4	13.499	8.237
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>5.262</b>	<b>(11.490)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ZATIX TECNOLOGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Zatix Tecnologia S.A. ("Zatix" ou "Companhia") localizada na Rua Bonnard, 980, Barueri, São Paulo, tem por objetivo a disponibilização de soluções de tecnologia no mercado de telemática "B2B", para que seus clientes sejam eles pequenas, médias e grandes empresas, as utilizem na gestão de suas frotas veiculares (para gerenciamento de riscos e logística).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui insuficiência de capital circulante líquido de R\$57.672 (R\$24.726 em 31 de dezembro de 2017). A Administração não vê problema quanto à liquidação das dívidas de curto prazo, uma vez que:

- a) Há projeção de fluxos de caixa operacionais no exercício de 2019, substancialmente respaldados pela geração de fluxos de caixas dos contratos firmados com clientes que tem prazo inicial de 24 a 36 meses.
- b) As debêntures são da espécie subordinada com parte relacionada, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, nas hipóteses previstas na nota explicativa nº 14.
- c) Há linhas de créditos disponíveis para a Companhia.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

##### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

##### 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

#### 2.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para perdas de crédito esperadas ("PCLD") é constituída com base em análise dos valores a receber, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras ou eventos que já indiquem a não realização desses valores. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de realização.

#### 2.5. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisões para obsolescência, ajustes a valor de mercado, itens danificados ou deteriorados e estoques de baixa movimentação, quando aplicável.

#### 2.6. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 10, considerando a vida útil-econômica dos bens. Sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável, bem como, para rastreadores em comodato. A Companhia constitui provisão para desvalorização. A Companhia efetuou a revisão da vida útil-econômica dos bens e não identificou alterações relevantes.

#### 2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente: ativos intangíveis com vidas úteis definidas adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente: gastos com pesquisa e desenvolvimento. Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
- A intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

#### 2.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e do intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

#### 2.9. Ágio

A Companhia registra nesse subgrupo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados, até 31 de dezembro de 2008, no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados, porém são submetidos ao teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

#### 2.10. Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

- Impostos correntes: a provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. Quando aplicável, o imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.
- Impostos diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetem as bases tributárias.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

#### 2.11. Outros ativos e passivos

Outros ativos e passivos correntes e não correntes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável. O ajuste a valor presente do saldo de fornecedores não é relevante devido ao curto prazo de realização.

#### 2.12. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos na data das demonstrações financeiras. Os empréstimos denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras.

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos. A capitalização ocorre durante o período no qual o ativo encontra-se em fase de produção ou desenvolvimento, considerando a taxa específica do contrato que financia o projeto.

#### 2.13. Provisão para riscos

As provisões são reconhecidas pela Companhia quando possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, é provável a saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. Considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes, os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado para as causas.

#### 2.14. Reconhecimento da receita

As receitas correspondem ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de produtos e de serviços no curso regular das atividades da Companhia.

A receita é reconhecida quando o seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos futuros sejam transferidos à Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador.

As receitas da Companhia compreendem: venda de produtos e mercadorias (por exemplo: rastreadores), serviços de monitoramento (auxílio na localização), licenciamento de uso de software, comunicação de dados por satélite, assistência técnica e locação.

A receita operacional da venda de produtos e mercadorias é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que é provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos e mercadorias vendidas, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

As receitas correspondentes à prestação de serviços são contabilizadas no momento da aferição do benefício do próprio serviço com base nos valores contratados.

#### 2.15. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

#### 2.16. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia, as quais impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente.

#### 2.17. Prejuízo básico e diluído por ação

Calculado por meio do resultado do exercício e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício.

### 3. ADOÇÃO INICIAL DE NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

A Companhia adotou inicialmente o IFRS – 15 Receitas de Contratos com Clientes e a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, sem efeito material nas demonstrações financeiras.

#### a) CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

Estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e a CPC 30 - Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

Após análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras dado que o controle e todos os direitos e benefícios das vendas de produtos e prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da realização da transação ou na aferição do benefício do próprio serviço.

#### b) CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias principais: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor por meio do Outros Resultados Abrangentes (OCI), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças em relação aos critérios atuais.

A IFRS 9 introduziu um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável em ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda de crédito esperado. A Companhia aplicou a abordagem simplificada e registrou perdas esperadas durante toda a vida em todo o contas a receber de clientes.

Além dos efeitos nas provisões por inadimplência de recebíveis de clientes mencionadas acima, a adoção da IFRS 9 teve impacto na classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, conforme segue:

<u>Ativo/Passivo Financeiro</u>	<u>Classificação anterior</u>	<u>Classificação IFRS 9</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo através do resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Indenizações a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Adiantamentos de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

#### 3.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As novas IFRS emitidas pelo IASB e os respectivos pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e ainda não em vigor são:

##### IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019).

Os dois principais contratos no escopo da IFRS 16 tratam-se:

- a) Contrato de aluguel do prédio da matriz, situado em Barueri, São Paulo. O contrato possui vigência de 5 anos sendo que, para efeito de avaliação dos possíveis impactos, consideramos a expectativa de renovação do contrato por mais um período de 5 anos.
- b) Contratos de aluguel de imóveis, das filiais, situadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Os contratos possuem vigência de 5 anos sendo que, para efeito de avaliação dos possíveis impactos, consideramos a expectativa de renovação do contrato por mais um período de 3 anos.
- c) Contrato de aluguel de veículos, utilizados para atendimento nas operações de assistência técnica. O contrato possui vigência de 3 anos, para efeito de avaliação dos possíveis impactos, consideramos a expectativa de renovação do contrato por mais um período de 3 anos.

Desta forma, o efeito esperado do registro do (i) ativo de direito de uso e do (ii) passivo de arrendamento no balanço da Companhia é R\$9.000, apurado com base nos critérios estabelecidos pela nova norma. Não há expectativa de impactos relevantes no resultado da Companhia.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos (a)	169	30
Títulos de capitalização (b)	1.189	954
Aplicações financeiras (c)	12.141	7.253
Total	<u>13.499</u>	<u>8.237</u>

- (a) Os saldos da rubrica "Caixa e bancos" são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.
- (b) Títulos de capitalização remunerados por taxa referencial básica atrelada à caderneta de poupança.
- (c) As aplicações financeiras são denominadas em reais, correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, e são indexadas por taxas variáveis de 98% até 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez imediata.

#### 5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a receber	17.953	21.450
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(5.249)</u>	<u>(8.855)</u>
Total	<u>12.704</u>	<u>12.595</u>
Ativo circulante	12.670	12.516
Ativo não circulante	34	79

O saldo de contas a receber por período de vencimento está apresentado a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	10.195	10.249
Vencidos:		
Até 30 dias	1.852	1.616
Entre 31 e 90 dias	615	451
Entre 91 e 180 dias	346	422
Entre 181 e 360 dias	626	935
Acima de 360 dias	4.319	7.777
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(5.249)</u>	<u>(8.855)</u>
Total	<u>12.704</u>	<u>12.595</u>

As contas a receber são apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas esperadas na realização das contas a receber.

As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas ao resultado do exercício como "Despesas com vendas". A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(11.759)
Constituição de provisão	(2.434)
Reversão da provisão por baixa dos títulos	<u>5.338</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(8.855)
Constituição de provisão	(409)
Reversão da provisão por baixa dos títulos	<u>4.015</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(5.249)</u>

## 6. ESTOQUES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Matéria-prima	2.057	2.210
Produtos em elaboração	141	130
Produtos acabados	3.876	2.293
Mercadorias para revenda	2.643	1.303
Equipamentos e peças em poder de terceiros	4.925	11.903
Outros	927	714
	<u>14.569</u>	<u>18.553</u>
Provisão para perdas nos estoques (*)	<u>(3.375)</u>	<u>(8.433)</u>
Total	<u>11.194</u>	<u>10.120</u>

(\*) Corresponde substancialmente à expectativa de perda com itens obsoletos e de giro lento.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(7.264)
Constituição de provisão	(3.267)
Reversão da provisão por baixa dos itens	<u>2.098</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(8.433)
Constituição de provisão	(555)
Reversão da provisão por baixa dos itens	<u>5.613</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(3.375)</u>

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar	1.368	1.063
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	798	93
Programa de integração social - PIS	174	23
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recuperar	8	427
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	66	104
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI a recuperar	24	58
Outros impostos a recuperar	<u>152</u>	<u>93</u>
Total	<u>2.590</u>	<u>1.861</u>

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente e pelos benefícios fiscais dos ágios incorporados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Adições temporariamente indedutíveis:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.785	3.011
Provisão para riscos	3.368	3.500
Provisão para perdas nos estoques	1.148	2.867
Provisão de serviços prestados	205	244
Outras provisões	750	604
Base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal	60.114	57.135
Não reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	<u>(9.391)</u>	<u>(8.807)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	57.979	58.554
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos - realização do ágio incorporado	<u>(44.447)</u>	<u>(44.447)</u>
Total	<u>13.532</u>	<u>14.107</u>

A Administração da Companhia, após a revisão dos estudos e as projeções para avaliação da geração de resultados positivos futuros prováveis, para a qual os prejuízos fiscais possam ser compensados, não identificou a necessidade de ajuste no saldo de impostos diferidos em montante que possibilite a compensação futura dos créditos tributários nos próximos dez anos.

Em 2018, a Companhia manteve o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos em 2017, considerando as projeções de resultados tributáveis futuros. Adicionalmente, em 2018, efetuou a compensação de R\$575 (R\$9.424 em 2017) do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos com valor de impostos e contribuições parcelados no âmbito da consolidação do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT.

b) Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(9.494)	(45.995)
Alíquota combinada conforme a legislação fiscal vigente - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL	3.228	15.638
Não reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(9.391)	(8.807)
Reconhecimento de "impairment" de ágio	-	(8.851)
Diferenças permanentes	<u>6.163</u>	<u>2.020</u>
IRPJ e CSLL creditados (debitados) ao resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

9. INDENIZAÇÕES A RECEBER

Conforme previsto no contrato de compra e venda de cotas das empresas Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda. ("Rodosis") em janeiro de 2008, Control Loc Tecnologia em Rastreamento de Veículos Ltda. ("Control Loc") em março de 2008, Teletrim Telecom Ltda. ("Teletrim") em janeiro de 2009 e ControlSat Informática e Serviços Ltda. ("ControlSat") em agosto de 2009, os ex-sócios controladores dessas empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data de compra do controle das empresas. Se essas obrigações legais se consumarem como perda para a Companhia, esses ex-acionistas controladores reembolsarão a Companhia financeiramente.

Atualmente existem saldos a serem indenizados tanto pelos acionistas da Companhia como pelos ex-sócios, conforme resumido a seguir:

	<u>31/12/2018</u>			<u>31/12/2017</u>
	Processos já materializados e já pagos	Riscos ainda não pagos, mas provisionados no passivo (*)	Total	Total
A receber de ex-sócios	322	252	574	488
A receber dos acionistas da Companhia	<u>6.054</u>	<u>4.841</u>	<u>10.895</u>	<u>10.697</u>
Total das indenizações a receber	<u>6.376</u>	<u>5.093</u>	<u>11.469</u>	<u>11.185</u>

(\*) Desse montante, R\$2.234 possuem como contrapartida a conta de impostos e contribuições parcelados (nota explicativa nº 17), R\$2.516 possuem como contrapartida a conta de provisão para riscos (nota explicativa nº 20) e R\$343 está contabilizado como "Outras provisões" no passivo não circulante.

A movimentação de indenizações a receber é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.239
Adições de processo a receber dos acionistas da Companhia	639
Atualização monetária a receber dos acionistas	176
Adições de processo a receber de ex-sócios de empresa adquirida	131
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>11.185</u>
Adições de processo a receber dos acionistas da Companhia	103
Atualização monetária a receber dos acionistas	159
Adições de processo a receber de ex-sócios de empresa adquirida	76
Reversões por alteração de risco em contrapartida da provisão para riscos	(54)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>11.469</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o montante das indenizações a receber dos ex-sócios é de R\$574 (R\$488 em 2017). A liquidação dessas contas a receber está condicionada à consumação das perdas financeiras por conta dessas obrigações legais. Adicionalmente, em acordo de acionistas da Companhia firmado em 2008, foi previsto que as perdas financeiras de contingências relativas ao período anterior do respectivo acordo serão de responsabilidade dos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante das indenizações a receber dos acionistas da Companhia é de R\$10.895 (R\$10.697 em 2017). Os saldos poderão ser realizados futuramente por meio do recebimento de caixa ou mediante a compensação com participação societária. Do saldo em 31 de dezembro de 2018, R\$6.054 (R\$5.526 em 2017) referem-se a processos em que já houve o desembolso financeiro e R\$4.841 (R\$5.171 em 2017) referem-se a processos em que ainda não houve o pagamento e, conseqüentemente, existe uma correspondente provisão de riscos no passivo. Para os casos em que já houve o desembolso, o saldo é atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Para os casos em que ainda não houve o desembolso, o saldo do ativo corresponde ao valor provisionado no passivo.

## 10. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2018		31/12/2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Rastreadores e equipamentos de telemetria em comodato	14,29 a 20	41.134	(23.245)	17.889	19.103
Equipamentos de informática	10 a 33,33	11.580	(9.841)	1.739	1.985
Máquinas e equipamentos	5 a 20	1.693	(1.098)	595	693
Móveis e utensílios	6,7 a 14,6	1.402	(862)	540	603
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20 a 33,33	3.969	(3.898)	71	156
Outros	10 a 20	<u>1.110</u>	<u>(1.041)</u>	<u>69</u>	<u>90</u>
Total		<u>60.888</u>	<u>(39.985)</u>	<u>20.903</u>	<u>22.630</u>

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2017</u>
Rastreadores e equipamentos de telemetria em comodato	19.148	5.885	(1.010)	(4.920)	19.103
Equipamentos de informática	2.376	234	-	(625)	1.985
Máquinas e equipamentos	823	41	(1)	(170)	693
Móveis e utensílios	1.064	15	(329)	(147)	603
Benfeitorias em propriedade de terceiros	158	70	-	(72)	156
Outros	121	29	-	(60)	90
<b>Total</b>	<b>23.690</b>	<b>6.274</b>	<b>(1.340)</b>	<b>(5.994)</b>	<b>22.630</b>

  

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2018</u>
Rastreadores e equipamentos de telemetria em comodato	19.103	4.780	(756)	(5.238)	17.889
Equipamentos de informática	1.985	304	-	(550)	1.739
Máquinas e equipamentos	693	53	-	(151)	595
Móveis e utensílios	603	13	17	(93)	540
Benfeitorias em propriedade de terceiros	156	-	(2)	(83)	71
Outros	90	-	-	(21)	69
<b>Total</b>	<b>22.630</b>	<b>5.150</b>	<b>(741)</b>	<b>(6.136)</b>	<b>20.903</b>

## 11. INTANGÍVEL

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Ágio na aquisição de controladas (a):			
Control Loc	48.048	(15.225)	32.823
Rodosis	11.172	(11.172)	-
ControlSat	7.946	(7.946)	-
Ágio - CISR	73.721	(3.686)	70.035
	<u>140.887</u>	<u>(38.029)</u>	<u>102.858</u>
Outros intangíveis:			
Desenvolvimento de produtos e serviços (b)	45.390	(25.325)	20.065
Softwares (c)	13.597	(11.552)	2.045
	<u>58.987</u>	<u>(36.877)</u>	<u>22.110</u>
<b>Total</b>	<b>199.874</b>	<b>(74.906)</b>	<b>124.968</b>

- (a) Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos, até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém, são submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01- Redução ao valor recuperável de ativos. Em 31 de dezembro de 2018, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis nas operações não indicaram ajustes (R\$26.031 em 31 de dezembro de 2017).
- (b) Compreende gastos com desenvolvimento de produtos e serviços (substancialmente relacionados ao desenvolvimento de novos rastreadores e soluções tecnológicas para gestão de frotas e telemetria). A amortização é calculada pelo método linear, no prazo máximo de sete anos, a partir do início da comercialização dos produtos e/ou serviços. Em 2018, a Companhia reconheceu no resultado um "impairment" de R\$2.095 por descontinuidade operacional. O principal projeto no montante de R\$1.936 estava relacionado ao desenvolvimento de tecnologia de rastreamento por radiofrequência ("RF").

(c) Os softwares são amortizados à taxa média anual de 17,65%.

A movimentação dos outros ativos intangíveis é como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2017</u>
Desenvolvimento de produtos e serviços	24.892	3.244	(4.487)	(373)	23.276
Softwares	<u>2.272</u>	<u>328</u>	<u>(847)</u>	<u>-</u>	<u>1.753</u>
Total	<u>27.164</u>	<u>3.572</u>	<u>(5.334)</u>	<u>(373)</u>	<u>25.029</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2018</u>
Desenvolvimento de produtos e serviços	23.276	3.651	(4.767)	(2.095)	20.065
Softwares	<u>1.753</u>	<u>971</u>	<u>(679)</u>	<u>-</u>	<u>2.045</u>
Total	<u>25.029</u>	<u>4.622</u>	<u>(5.446)</u>	<u>(2.095)</u>	<u>22.110</u>

Durante o exercício de 2018 houve a capitalização no ativo intangível de juros no montante de R\$172 (R\$242 em 2017) referente a projetos em andamento para o desenvolvimento de produtos e serviços. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, esse valor foi deduzido das adições do intangível, por ser uma transação que não afetou o caixa das atividades de investimentos.

## 12. FORNECEDORES

A composição do saldo de fornecedores é como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Materiais para estoques	5.509	2.682
Comunicação de dados por satélite	3.522	3.821
Serviços e contas de consumo	2.869	3.229
Imobilizado	1.510	1.227
Telefonia de dados	<u>1.267</u>	<u>969</u>
Total	<u>14.677</u>	<u>11.928</u>
Circulante	14.677	11.430
Não circulante	-	498

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Banco Itaú Unibanco - capital de giro (a)	22.015	22.085
Banco Bradesco - capital de giro (b)	7.735	10.427
Banco BOCOM BBM (c)	5.028	-
Banco Pine (d)	3.133	-
FINEP - financiamento de novos projetos (e)	2.808	2.891
Banco ABC Brasil - (f)	1.893	2.297
Banco Safra - capital de giro (g)	1.847	2.014
Banco Bradesco - comprar (h)	1.380	1.608
Banco Fibra - capital de giro (i)	927	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (j)	-	817
Banco Safra - "conta garantida" (k)	-	599
Banco ABC Brasil - "conta garantida" (k)	-	518
Banco Itaú Unibanco - "conta garantida" (k)	-	453
Banco Itaú BBA - comissão de carta de fiança (j)	-	9
Total	<u>46.766</u>	<u>43.718</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante	41.936	35.875
Não circulante	4.830	7.843
(a) Empréstimo para capital de giro, com prazo de vencimento de até dezoito meses, com juros de CDI mais "spread" de 4,04 a 4,40% ao ano. Em garantia foram oferecidas duplicatas a receber de clientes no montante de R\$2.200.		
(b) Empréstimo para capital de giro, com prazo de vencimento de até quarenta e dois meses, carência de pagamento de até 6 meses e juros de CDI mais "spread" de 6,55% até 6,80% ao ano. Em garantia foram oferecidas duplicatas a receber de clientes no montante de R\$4.067 e aplicações financeiras no montante de R\$1.330.		
(c) Empréstimo para capital de giro, com prazo de vencimento de doze meses, com juros de 1,20% ao mês. Em garantia foram oferecidas duplicatas a receber de clientes no montante de R\$1.006 e aplicações financeiras no montante de R\$2.514		
(d) Empréstimo para capital de giro, com prazo de vencimento de até quatorze meses, com juros de 1,28% a 1,58% ao mês. Em garantia foram oferecidas duplicatas a receber de clientes no montante de R\$222 e aplicações financeiras no montante de R\$1.476.		
(e) Financiamento destinado a investimentos em projetos para desenvolvimento de novos produtos e serviços, com prazo de vencimento de 120 meses, com carência de 36 meses, com juros de TJLP acrescidos de 1,5% ao ano, pago mensalmente. Em garantia foi oferecida carta de fiança bancária emitida pelo Banco Itaú BBA no montante de R\$2.808. A comissão bancária sobre a carta de fiança é de 5,0% ao ano sobre o valor do financiamento.		
(f) Empréstimo para capital de giro, com prazo de vencimento de até dezoito meses, com juros de CDI mais "spread" de 7,0% ao ano. Em garantia foram oferecidas aplicações financeiras no montante de R\$947.		
(g) Empréstimo para capital de giro, com prazo de vencimento de até 6 meses, com juros de CDI mais "spread" de 0,75% a 0,83% ao mês. Em garantia foram oferecidas aplicações financeiras no montante de R\$923.		
(h) Financiamento para compras junto a fornecedores, com prazo de até 3 meses, com juros de 1,59% ao mês.		
(i) Empréstimo para capital de giro, com prazo de vencimento de doze meses, com juros de CDI mais "spread" de 0,69% ao mês. Em garantia foram oferecidas duplicatas a receber de clientes no montante de R\$927.		
(j) Financiamento destinado a investimentos em treinamento e qualidade, estudos e projetos, pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços, infraestrutura, marketing e comercialização no âmbito do Programa BNDES para o desenvolvimento da indústria de software e serviços de tecnologia da informação - BNDES Prosoft-Empresa, com prazo de vencimento de 48 meses, carência de pagamento de 24 meses e Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescido de 2,5% ao ano, pago trimestralmente. Em garantia ao financiamento foi oferecida carta de fiança bancária contratada com o Banco Itaú BBA no montante de R\$746. A comissão bancária sobre a carta de fiança é de 2,2% ao ano sobre o valor do financiamento. Este contrato possui um "covenant" financeiro (EBITDA/dívida líquida) que precisa ser cumprido para que não seja aplicada uma multa. Em 31 de dezembro de 2017, este "covenant" não foi cumprido e foi contabilizada a multa de R\$9 referente a carta de fiança.		
(k) Empréstimos para capital de giro na modalidade de conta garantida, com juros que variam de 3,5% a 3,95% ao mês.		

Não há "covenants" financeiros que possibilitem a declaração do vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	50.334
Novas captações	17.279
Pagamentos:	
Principal	(23.531)
Juros	(7.301)
Total dos pagamentos	(30.832)
Juros provisionados e encargos apropriados	6.718
Juros capitalizados	242
Variações cambiais apropriadas	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	43.718
Novas captações	26.389
Pagamentos:	
Principal	(23.435)
Juros	(5.521)
Total dos pagamentos	(28.956)
Juros provisionados e encargos apropriados	5.443
Juros capitalizados	172
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>46.766</u>

As parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2018 têm os seguintes vencimentos:

<u>Ano</u>	<u>2018</u>
2020	2.861
2021	415
2022	415
2023	415
2024	415
2025	309
Total	<u>4.830</u>

#### 14. DEBÊNTURES A PAGAR

Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2016 foi aprovada pelo Conselho de Administração a primeira emissão privada de debêntures, com as seguintes características e condições:

- Valor da emissão de até R\$20.000.
- Três séries, sendo a primeira série no valor de R\$8.000 e a segunda e terceira séries no valor de R\$6.000 cada.
- Tipo, forma e modo de subscrição e integralização – as debêntures serão nominativas escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- Colocação das debêntures – a colocação será feita de forma privada e as debêntures não serão registradas para negociação em sistema organizado.
- Espécie - as debêntures são da espécie subordinada, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, exclusivamente nas hipóteses de (i) inadimplemento da Companhia em pagar o valor das debêntures na data do vencimento, ou (ii) o vencimento antecipado das debêntures por descumprimento por parte da Companhia, de qualquer das suas obrigações previstas na escritura de emissão.
- Prazo e vencimento – as debêntures terão prazo de vencimento de três anos, contados da data de emissão das debêntures da primeira série.

g) Remuneração – as debêntures farão jus a seguinte remuneração; (i) primeira série de R\$8.000, com juros CDI mais “spread” de 5% ao ano. (ii) segunda série de R\$6.000, com juros CDI mais “spread” de 7,5% ao ano. (iii) terceira série, com juros CDI mais “spread” de 10% ao ano.

h) Garantias- as debêntures não terão garantias, de qualquer tipo.

A movimentação das debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.193
Novas emissões	6.000
Juros provisionados	2.859
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.052
Juros provisionados	3.229
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>27.281</u>

#### 15. SALÁRIOS, PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Salários a pagar	675	706
Participação nos lucros e resultados e bônus	2.034	1.434
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	649	595
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	221	200
Provisão para férias e encargos sociais	3.107	3.279
Outros	66	46
Total	<u>6.752</u>	<u>6.260</u>

#### 16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	513	244
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	404	374
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	229	212
Imposto Sobre Serviços – ISS	188	375
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	180	99
Programa Integração Social – PIS	50	46
Outros	146	101
Total	<u>1.710</u>	<u>1.451</u>

#### 17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (*)	2.234	2.491
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	836	808
Imposto Sobre Serviços – ISS	675	887
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	667	-
Programa Especial de Regularização Tributária- (PERT) – Demais Impostos	295	880
Programa Integração Social – PIS	208	-
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) – PGFN	-	671
Total	<u>4.915</u>	<u>5.737</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo circulante	1.232	1.257
Passivo não circulante	3.683	4.480

(\*) Refere-se ao parcelamento obtido da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, em 120 meses, relativo a débito da empresa Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda., a qual foi incorporada em 2008. O saldo a pagar possui como contrapartida a conta de indenizações a receber (nota explicativa nº 9).

A seguir, o mapa de movimentação dos impostos inclusos no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT.

	PERT - demais impostos (a)	PERT - previdenciário (b)	PERT - PGFN (c)	Total
Impostos em atraso				
Principal	2.503	971	629	4.103
Multa e juros	808	301	286	1.395
Total de impostos em atraso	<u>3.311</u>	<u>1.272</u>	<u>915</u>	<u>5.498</u>
Saldo de parcelamentos anteriores				
Principal	2.507	3.008	-	5.515
Multa e juros	1.226	1.164	-	2.390
Total de parcelamentos anteriores	<u>3.733</u>	<u>4.172</u>	<u>-</u>	<u>7.905</u>
Total de débitos inclusos no PERT	<u>7.044</u>	<u>5.444</u>	<u>915</u>	<u>13.403</u>
Descontos financeiros concedidos a adesão ao PERT	-	(1.159)	(197)	(1.356)
Quitação com créditos de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	(5.353)	(4.071)	-	(9.424)
Transferências	-	292	-	292
Pagamentos	(811)	(506)	(47)	(1.364)
Saldo em 31 de dezembro 2017	<u>880</u>	<u>-</u>	<u>671</u>	<u>1.551</u>
Juros apropriados	21	-	-	21
Recalculo de multa e juros na consolidação do parcelamento	(12)	(365)	281	(96)
Quitação com créditos de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	12	365	(952)	(575)
Pagamentos	(606)	-	-	(606)
Saldo em 31 de dezembro 2018	<u>295</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>295</u>

(a) Refere-se a parcelamento obtido junto à Secretaria da Receita Federal em 2017, através de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) - Demais Impostos, relativo a débitos vencidos até 30 de abril de 2017. A liquidação do respectivo parcelamento ocorrerá através de pagamento em espécie de, no mínimo, 24% (vinte e quatro por cento) da dívida consolidada em vinte e quatro prestações mensais e sucessivas e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL apurados até 31 de dezembro de 2016 ou de outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Em 2017, a Companhia contabilizou R\$5.353, relativo à compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 8). Em 13 de dezembro de 2018, foi realizada a homologação da consolidação do parcelamento. Na consolidação do parcelamento ocorreu recalculo dos juros e multas de R\$12, que foi compensado em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 8).

- (b) Refere-se a parcelamento obtido junto à Secretaria da Receita Federal em 2017, através de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) – Previdenciária relativa a débitos com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, vencidos até 30 de abril de 2017. A adesão ao parcelamento previu o desconto financeiro no total dos débitos no montante de R\$1.159, contabilizado em resultado financeiro e o saldo remanescente foi liquidado com entrada de 5% da dívida consolidada e com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL apurados até 31 de dezembro de 2016. Em 2017, a Companhia contabilizou R\$4.071, relativo à compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 8). Em 24 de agosto de 2018, foi homologada a consolidação e liquidação do parcelamento. Na consolidação do parcelamento ocorreu recálculo dos juros e multas de R\$365, que foi compensado em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 8).
- (c) Refere-se a parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional em 2017, através de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), relativo a débitos do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS vencidos até 30 de abril de 2017. A adesão ao parcelamento previu o desconto financeiro no total dos débitos no montante de R\$197, contabilizado em resultado financeiro e o saldo remanescente será liquidado em até 150 prestações mensais e sucessivas. Em 31 de janeiro de 2018, foi homologada a consolidação e liquidação do parcelamento. A Companhia utilizou R\$952 de prejuízos fiscais e base negativa para compensação do saldo devedor do parcelamento, que foi contabilizado em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 8).

## 18. PARTES RELACIONADAS

<u>Ativo</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Indenizações a receber dos acionistas da Companhia (ver nota explicativa nº 9)	<u>10.895</u>	<u>10.697</u>

Ver a divulgação da remuneração de administradores na nota explicativa nº 23.

### Passivo não circulante

O saldo a pagar a partes relacionadas de R\$4.665 em 31 dezembro de 2018 (R\$1.697 em 2017) é representado por contrato de financiamento para compras junto a fornecedores, firmados com Supplercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. (empresa do grupo do acionista Pátria), sujeitos a juros de 1,77% ao mês, com prazo de vencimento de até 3 meses.

A movimentação de partes relacionadas no passivo circulante é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Novas contratações	1.914
Pagamentos:	
Principal	(264)
Juros	<u>(13)</u>
Total dos pagamentos	(277)
Juros provisionados	<u>60</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.697
Novas contratações	15.075
Pagamentos:	
Principal	(12.196)
Juros	(657)
Total dos pagamentos	(12.853)
Juros provisionados	746
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>4.665</u>

## 19. BENEFÍCIOS FISCAIS

### a) ICMS

A Companhia possui no Estado de Minas Gerais benefícios que dão direito à isenção e às restituições de impostos, que asseguram o direito ao diferimento do ICMS na importação de máquinas e equipamentos destinados a integrar o ativo imobilizado, na importação de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem destinados à fabricação de seus produtos, na aquisição, por meio de fornecedores localizados no Estado de Minas Gerais, de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, exceto energia elétrica e serviço de comunicação, e na importação de produtos de informática, telecomunicação, eletrônicos e eletroeletrônicos, além de recuperar o ICMS na figura do crédito presumido. Os benefícios fiscais são contabilizados diretamente ao resultado, a título de crédito presumido do ICMS, na rubrica "Deduções de vendas".

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, esses benefícios fiscais geraram créditos de R\$372 e R\$481, respectivamente.

### b) IPI

A Companhia possui projeto aprovado no Ministério da Ciência e Tecnologia que possibilita, conforme previsto na legislação, a redução de 80% na alíquota do IPI relativa aos produtos produzidos (rastreadores e terminais) em Minas Gerais. Para fazer jus à redução do IPI, a Companhia deve investir anualmente em atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias da informação, a serem realizadas no País, no mínimo 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização dos produtos contemplados com a redução do imposto, deduzidos dos tributos correspondentes a tal comercialização.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, esses benefícios fiscais geraram créditos de R\$1.697 e R\$1.530, respectivamente.

## 20. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

### 20.1. Provisões contabilizadas

A Administração da Companhia, com base nas posições dos seus assessores jurídicos, registrou provisão para cobrir prováveis perdas com os processos trabalhistas e cíveis em andamento e assuntos classificados como obrigações legais, independentemente do desfecho esperado para as causas. A composição é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tributários (a)	130	130
Trabalhistas (b)	644	737
Cíveis (c)	<u>6.373</u>	<u>7.095</u>
Total	<u>7.147</u>	<u>7.962</u>

- (a) Referem-se a disputa com a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL relacionada a incidência do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações FUST sobre o faturamento de prestação de serviços da empresa Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda., a qual foi incorporada em 2008.
- (b) Referem-se, substancialmente, a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício, bem como a questões trabalhistas e previdenciárias ainda em discussão judicial.
- (c) Referem-se, principalmente, a ações movidas por clientes pleiteando danos morais em decorrência da alegação de falhas nos serviços prestados.
- (d) Em 31 de dezembro de 2018, parte das provisões, no valor de R\$2.516, é oriunda das empresas que a Companhia adquiriu no passado e relativa ao período anterior ao acordo de associação dos acionistas. Nesse caso, conforme previsto no contrato de compra e venda dessas empresas e o acordo de associação, os ex-sócios controladores das empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data da compra do controle das empresas e do respectivo acordo. As provisões têm como contrapartida a conta do ativo não circulante de indenizações a receber e quando se consumarem serão reembolsadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

A movimentação das provisões é como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2017</u>
Tributários	-	130	-	-	130
Trabalhistas	821	1.002	(790)	(296)	737
Cíveis	6.733	2.222	(677)	(1.183)	7.095
Total	<u>7.554</u>	<u>3.354</u>	<u>(1.467)</u>	<u>(1.479)</u>	<u>7.962</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributários	130	-	-	-	130
Trabalhistas	737	413	(87)	(419)	644
Cíveis	7.095	1.916	(335)	(2.303)	6.373
Total	<u>7.962</u>	<u>2.329</u>	<u>(422)</u>	<u>(2.722)</u>	<u>7.147</u>

Contingências com probabilidade de perda possível: A Companhia discute na esfera administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis e entende que para essas não há necessidade de provisão, pois a probabilidade de perda não é provável. Os passivos contingentes estão assim representados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tributários	142.725	136.738
Trabalhistas	12.243	12.942
Cíveis	1.998	3.073
Total	<u>156.966</u>	<u>152.753</u>

## 20.2. Contingências passivas para as quais não há provisões

Os processos tributários mais relevantes, classificados como probabilidade de perda possível, são descritos a seguir:

### a) ICMS sobre prestação de serviços de comunicação

Em 2013, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo emitiu autos de infração fiscal, relativo ao período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$106.461 (já acrescidos de multa e juros). Desse montante, R\$71.646 referem-se à Zatix e R\$34.815 a TLT Monitoramento Ltda. (empresa incorporada pela Zatix em novembro de 2009).

No entendimento da Secretaria da Fazenda, a Companhia deixou de recolher ICMS sobre a prestação de serviços de comunicação, na modalidade de monitoramento e rastreamento de veículos e cargas com base nas disposições contidas no Convênio ICMS do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ nº 139, de 2006.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que o respectivo convênio não se aplica à prestação de serviços (licenciamento de uso de software, processamento de dados, monitoramento, locação e assistência técnica) realizados pela Companhia, por não guardar qualquer relação com prestação de serviços de comunicação. Para essas prestações de serviços, a Companhia recolhe ISS de acordo com a lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça ("STJ"), em sede de recurso repetitivo, já definiu que os provedores de acesso não prestam serviços de telecomunicação, pois se utilizam de tais serviços como insumo para a sua atividade. Este precedente pode ser aplicado de forma análoga às atividades desenvolvidas pela Zatix, uma vez que a empresa, para a sua atividade, também se vale dos serviços de telecomunicação de terceiros, na condição de usuária

### b) IRPJ e CSLL

Em 22 de dezembro de 2015, a Secretaria da Receita Federal emitiu auto de infração fiscal relativo ao período de 2009 a 2013, no montante de R\$12.516 (já acrescidos de multa e juros) e também glosou prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$165.399. No entendimento da Secretaria da Receita Federal: (i) na reorganização societária que ocorreu entre 2007 a 2009, a Companhia se utilizou de pessoas jurídicas interpostas para investirem na requerente, apenas com o propósito de gerar economia tributária decorrente da amortização fiscal dos ágios reconhecidos por essas supostas "empresas veículos". Por esse motivo glosou as despesas dos ágios gerados pela Telematics, CISR, CEG, Mobisat e Zatix Participações; e (ii) a Companhia glosou despesas de amortização do ágio reconhecido na aquisição direta da empresa Controlloc, sob alegação de que a Companhia teria cometido erro no cálculo do ágio gerado na transação. De acordo com o entendimento da fiscalização, o patrimônio líquido negativo da empresa Controlloc deveria ter sido descontado do valor do ágio apurado na transação.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que todas as operações que são objeto do presente processo encontravam-se plenamente revestidas de propósito negocial e substância econômica e foram feitas entre partes não relacionadas, a valores justos de mercado. Ainda mais relevante, essas operações foram realizadas no contexto de uma associação que tinha como objetivo final e principal formar a maior e mais completa Companhia de tecnologia e soluções para rastreamento de veículos do Brasil.

Em 13 de junho de 2018, no julgamento realizado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) ocorreu decisão favorável a Companhia, para o item (i) do auto de infração. A Companhia aguarda a intimação da Secretaria da Receita Federal para eventual Recurso Especial para o item (ii).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldo de provisão de R\$2.759 (R\$2.331 em 31 de dezembro de 2017) referente a estimativa de honorários advocatícios sobre esses processos ("success fee"), contabilizada na provisão para riscos.

### 20.3. Depósitos judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia mantém depósitos judiciais conforme a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tributários	337	395
Trabalhistas	93	79
Cíveis	<u>906</u>	<u>1.153</u>
Total	<u>1.336</u>	<u>1.627</u>

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social é de R\$197.480, representado por 59.787.424 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e pertencente aos seguintes acionistas:

	<u>Quantidade de ações</u>
FIPs do Banco Pátria S.A.	27.053.809
Maniza Participações S.A.	27.053.809
Pessoas físicas	<u>5.679.806</u>
Total	<u>59.787.424</u>

### b) Reserva legal

Calculada à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado nos termos da Lei Societária, até o limite de 20% do capital social.

### c) Acordo de sócios

A Companhia é regulada por acordo de sócios que, entre outros assuntos, estabelece restrições às transferências de ações e aos direitos de indicação de membros ao Conselho de Administração.

### d) Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual de, no mínimo, 10% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia.

## 22. PREJUÍZO POR AÇÃO – BÁSICO E DILUÍDO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básicos por ação:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado básico por ação:		
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(9.494)	(45.995)
Denominador (em milhares de reais):		
Média ponderada de número de ações ordinárias – em milhares	59.787	59.787
Resultado básico por ação – em reais	(0,159)	(0,769)

## 23. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os honorários dos administradores foram de R\$2.615 e R\$2.550, respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. Não foi pago nenhum valor a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Com respeito à remuneração com base em ações, ver divulgação na nota explicativa nº 29.

## 24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita bruta:		
Vendas de produtos e mercadorias	29.669	22.879
Licença de uso de software	76.110	70.235
Comunicação e processamento de dados	20.504	18.160
Monitoramento (auxílio na localização)	9.172	11.685
Serviços de assistência técnica	11.365	9.625
Locações	288	212
Consultoria técnica	-	11
	<u>147.108</u>	<u>132.807</u>
Deduções de vendas	<u>(20.379)</u>	<u>(17.214)</u>
Receita líquida de vendas de produtos e serviços	<u><u>126.729</u></u>	<u><u>115.593</u></u>

## 25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados		
Salários, provisões, encargos e benefícios	(21.084)	(20.456)
Telefonia de dados e comunicação de dados por satélite	(17.563)	(18.514)
Produtos e mercadorias vendidas	(15.398)	(10.935)
Depreciações e amortizações	(10.094)	(9.551)
Data center, telemetria e licença de uso	(6.390)	(5.909)
Viagens e deslocamentos	(2.146)	(2.016)
Custos com imóveis alugados	(1.915)	(1.904)
Aluguéis de automóveis, máquinas e equipamentos	(1.180)	(1.233)
Outras	(467)	(2.417)
Total	<u>(76.237)</u>	<u>(72.935)</u>
Despesas gerais e administrativas		
Salários, provisões, encargos e benefícios	(9.935)	(9.993)
Honorários e gratificações a Administradores	(2.615)	(2.550)
Despesas com imóveis alugados	(2.602)	(2.843)
Depreciações e amortizações	(1.488)	(1.777)
Honorários advocatícios e de auditoria	(1.472)	(1.518)
Manutenção e licenciamento de software	(1.336)	(942)
Assessorias técnicas, financeira e contábil	(1.133)	(2.820)
Consultoria em tecnologia da informação	(747)	(719)
Materiais e serviços de consumo	(542)	(609)
Outras	(1.567)	110
Total	<u>(23.437)</u>	<u>(23.661)</u>
Despesas com vendas		
Salários, provisões, encargos e benefícios	(6.979)	(7.837)
Comissões de vendas	(4.065)	(2.527)
Viagens e deslocamentos	(897)	(848)
Perda com créditos de clientes	(734)	(1.346)
Propaganda e publicidade	(607)	(829)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(409)	(1.106)
Telefonia fixa, celular e internet	(179)	(101)
Outras	(266)	(328)
Total	<u>(14.136)</u>	<u>(14.922)</u>
Outras despesas operacionais, liquidas		
Despesas e impostos sobre sucateamento e estoques obsoletos	(2.654)	(855)
Provisão para riscos	(1.907)	(1.887)
Manutenção de ativo imobilizado	(889)	(646)
Baixa e provisão para perda de ativo imobilizado e intangível	(2.836)	(1.713)
Provisão para obsolescência de estoques	(555)	(3.267)
Outras	54	26
Total	<u>(8.787)</u>	<u>(8.342)</u>

## 26. ITENS NÃO RECORRENTES

Itens não recorrentes são aqueles que, de acordo com as práticas contábeis da Companhia, não ocorrem regularmente como parte das atividades operacionais do negócio. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de alteração de política contábil para provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 5) e despesas extraordinárias incorridas com instabilidade dos sistemas para rastreamento, em virtude da natureza não recorrente de tais eventos.

Os itens não recorrentes, incluídos na demonstração de resultado, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.328)
Despesas com instabilidade dos sistemas para rastreamento dos veículos dos clientes	-	(1.069)
Total	<u>-</u>	<u>(2.397)</u>

## 27. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS

Os principais compromissos assumidos pela Companhia são:

- a) Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia e comunicação de dados por satélite da Companhia, os quais consistem no recebimento de transmissão e na entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os custos relacionados a esses contratos foram de R\$17.563 e R\$18.514, respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado, na rubrica "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados". Com base nos contratos vigentes, a Administração entende que gastos futuros com telefonia serão consistentes com os gastos incorridos no exercício de 2018.
- b) Aluguel de imóveis - parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais da Companhia é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre quatro e seis anos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os custos relacionados a esses contratos foram de R\$4.517 e R\$4.747 respectivamente e a administração não espera alterações significativas desses valores para 2019, os quais foram apropriados ao resultado nas rubricas de "Custos dos produtos vendidos e serviços prestados" e em "Despesas gerais e administrativas". Os contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), sendo o reajuste calculado de acordo com a variação de índices gerais de preços.
- c) Fianças bancárias - com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas, usadas como garantia de contratos de aluguéis e do financiamento do BNDES e do FINEP, apresentado na nota explicativa nº 13, totalizam R\$3.450 em 31 de dezembro de 2018 (R\$4.061 em 2017).
- d) Seguro garantia - contratado para garantia em processo judicial tributário, R\$3.332 em 31 de dezembro de 2018.

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias e reduzir a exposição aos riscos de mercado, à moeda e taxa de juros. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros.

Análise de sensibilidade

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão relacionados à variação da TJLP, para financiamento com o FINEP e a variação do CDI para demais operações de empréstimos para capital de giro. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas às quais a Companhia está exposta na data base 31 de dezembro de 2018, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e CDI vigente em 31 de dezembro de 2018, foi definido o cenário provável para o ano 2018, sendo calculadas variações de 25% a 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de caixa de vencimentos programados. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI e TJLP para os próximos 12 meses, cuja média foi de 6,64% e 6,75% para o ano 2019, respectivamente, e esse definido como cenário provável, sendo calculadas variações de 25% e 50%.

Operação	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Financiamento FINEP	Aumento da TJLP	6,69%	8,36%	10,04%
Valor dos financiamentos		2.808	2.808	2.808
Despesa financeira estimada		188	235	282
Operação	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Demais empréstimos	Aumento do CDI	6,39%	7,99%	9,59%
Valor dos demais empréstimos		43.958	43.958	43.958
Despesa financeira estimada		2.809	3.512	4.216

Gerenciamento de riscos - os principais riscos que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

- a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos devido aos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2018:				
Empréstimos e financiamentos	<u>44.090</u>	<u>3.781</u>	<u>1.845</u>	<u>49.717</u>

Como os valores inclusos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos

- b) Risco de crédito: a base de clientes da Companhia é bastante diversificada. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitarem no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.
- c) Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e CDI, que podem afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.
- d) Gestão de capital: o objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha "rating" de crédito e relação de capital adequados, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Empréstimos e financiamentos	46.766	43.718
Debêntures	27.281	24.052
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.499)</u>	<u>(8.237)</u>
Dívida líquida (A)	60.548	59.533
Patrimônio líquido (B)	96.205	105.699
(=) Índice de endividamento (A/B)	<u>62,9%</u>	<u>56,3%</u>

- e) Risco cambial: Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui exposição aos riscos de câmbio para fornecedores estrangeiros. O valor da exposição cambial passiva é de R\$927.

## 29. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras:		
Descontos financeiros concedidos na adesão ao PERT (nota explicativa nº 17)	-	1.356
Juros ativos	467	517
Juros sobre contratos de clientes	426	543
Variações cambiais sobre fornecedores	214	72
Rendimentos sobre aplicações financeiras	185	406
Juros sobre indenizações a receber	159	176
Demais receitas financeiras	56	218
Total	<u>1.507</u>	<u>3.288</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.615)	(6.960)
Juros sobre debêntures	(3.229)	(2.859)
Juros sobre impostos e contribuições	(1.354)	(2.420)
Juros passivos	(1.204)	(961)
Despesas bancárias	(812)	(725)
Descontos concedidos a clientes	(807)	(1.344)
Juros sobre partes relacionadas	(746)	(60)
Imposto sobre operações financeiras	(260)	(400)
Variações cambiais sobre fornecedores	(250)	(40)
Variações cambiais sobre empréstimos	-	(5)
Demais despesas financeiras	(856)	(814)
Total	<u>(15.133)</u>	<u>(16.588)</u>
Resultado financeiro	<u>(13.626)</u>	<u>(13.300)</u>

### 30. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância Segurada</u>
Responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores.	100.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubos e alagamentos e inundação).	15.844
Lucros cessantes	7.800
Riscos financeiros na modalidade judicial para execução fiscal	4.429

### 31. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	<u>31/12/2018</u>
Capitalização de juros sobre intangível em andamento	172
Compensação de impostos diferidos versus impostos parcelados	575
Total	<u>747</u>

### 32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 27 de fevereiro de 2019.

**Zatix Tecnologia S.A.**

CNPJ CNPJ/MF nº 03.585.974/0001-72

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas: A Administração da Zatix Tecnologia S.A submete à apreciação de seus acionistas as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. **A Administração**

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais – R\$)							
Ativo	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.499	8.237	Fornecedores	12	14.677	11.430
Contas a receber	5	12.670	12.516	Empréstimos e financiamentos	13	41.936	35.875
Estoques	6	11.194	10.120	Debêntures a pagar	14	27.281	–
Impostos a recuperar	7	2.590	1.861	Salários, provisão para férias e encargos	15	6.752	6.260
Outras contas a receber		863	546	Impostos e contribuições a recolher	16	1.710	1.451
Total do ativo circulante		40.816	33.280	Impostos e contribuições parcelados	17	1.232	1.257
<b>Não circulante</b>				Partes relacionadas	18	4.665	1.697
Contas a receber	5	34	79	Adiantamentos de clientes		235	36
Indenizações a receber	9	11.469	11.185	Total do passivo circulante		98.488	58.006
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	13.532	14.107	<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	20.3	1.336	1.627	Fornecedores	12	–	498
Outras contas a receber		54	76	Empréstimos e financiamentos	13	4.830	7.843
Imobilizado	10	20.903	22.630	Debêntures a pagar	14	–	24.052
Intangível:				Impostos e contribuições parcelados	17	3.683	4.480
Ágio na aquisição de investimentos	11	102.858	102.858	Provisão para riscos	20.1 e 20.2	9.906	10.293
Outros intangíveis	11	22.110	25.029	Total do passivo não circulante		18.419	47.166
Total do ativo não circulante		172.296	177.591	<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Total do ativo</b>		213.112	210.871	Capital social	21	197.480	197.480
				Prejuízos acumulados		(101.275)	(91.781)
				Total do patrimônio líquido		96.205	105.699
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		213.112	210.871

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional** - A Zatix Tecnologia S.A. ("Zatix" ou "Companhia") localizada na Rua Bonnard, 980, Barueri, São Paulo, tem por objetivo a disponibilização de soluções de tecnologia no mercado de telemática "B2B", para que seus clientes sejam eles pequenas, médias e grandes empresas, as utilizem na gestão de suas frotas veiculares (para gerenciamento de riscos e logística). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui insuficiência de capital circulante líquido de R\$57.672 (R\$24.726 em 31 de dezembro de 2017). A Administração não vê problema quanto à liquidação das dívidas de curto prazo, uma vez que: **a)** Há projeção de fluxos de caixa operacionais no exercício de 2019, substancialmente respaldados pela geração de fluxos de caixas dos contratos firmados com clientes que tem prazo inicial de 24 a 36 meses. **b)** As debêntures são da espécie subordinada com parte relacionada, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, nas hipóteses previstas na nota explicativa nº14. **c)** Há linhas de créditos disponíveis para a Companhia. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis - 2.1. Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de elaboração** - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício. **2.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")** - A provisão para perdas de crédito esperadas ("PCLD") é constituída com base em análise dos valores a receber, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras ou eventos que já indiquem a não realização desses valores. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de realização. **2.5. Estoques** - Avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisões para obsolescência, ajustes a valor de mercado, itens danificados ou deteriorados e estoques de baixa movimentação, quando aplicável. **2.6. Imobilizado** - Demontrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº10, considerando a vida útil-econômica dos bens. Sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável, bem como, para rastreadores em comodato. A Companhia constitui provisão para desvalorização. A Companhia efetuou a revisão da vida útil-econômica dos bens e não identificou alterações relevantes. **2.7. Intangível** - Ativos intangíveis adquiridos separadamente: ativos intangíveis com vidas úteis definidas adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis gerados internamente: gastos com pesquisa e desenvolvimento. Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições: • A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda. • A intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo. • A habilidade de usar ou vender o ativo intangível. • Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros. • A disponibilidade de adequados recursos técnicos financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo. • A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. **2.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos** - Os bens do imobilizado e do intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **2.9. Ágio** - A Companhia registra nesse subgrupo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados, até 31 de dezembro de 2008, no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados, porém são submetidos ao teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. **2.10. Tributação** - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. • Impostos correntes: a provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. Quando aplicável, o imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contri-

buição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. • Impostos diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetem as bases tributárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **2.11. Outros ativos e passivos** - Outros ativos e passivos correntes e não correntes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável. O ajuste a valor presente do saldo de fornecedores não é relevante devido ao curto prazo de realização. **2.12. Empréstimos e financiamentos** - Reconhecidos inicialmente pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos na data das demonstrações financeiras. Os empréstimos denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. Custo de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos. A capitalização ocorre durante o período no qual o ativo encontra-se em fase de produção ou desenvolvimento, considerando a taxa específica do contrato que financia o projeto. **2.13. Provisão para riscos** - As provisões são reconhecidas pela Companhia quando possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, é provável a saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. Considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes, os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do defeito esperado para as causas. **2.14. Reconhecimento da receita** - As receitas correspondem ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de produtos e de serviços no curso regular das atividades da Companhia. A receita é reconhecida quando o seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos futuros sejam transferidos à Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador. As receitas da Companhia compreendem: venda de produtos e mercadorias (por exemplo: rastreadores), serviços de monitoramento (auxílio na localização), licenciamento de uso de software, comunicação de dados por satélite, assistência técnica e locação. A receita operacional da venda de produtos e mercadorias é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que é provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos e mercadorias vendidas, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. As receitas correspondentes à prestação de serviços são contabilizadas no momento da aferição do benefício do próprio serviço com base nos valores contratados. **2.15. Participação nos lucros** - A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais. **2.16. Uso de estimativas** - A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia, as quais impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente. **2.17. Prejuízo básico e diluído por ação** - Calculado por meio do resultado do exercício e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. **3. Adoção Inicial de Normas e Interpretações Novas e Revisadas** - A Companhia adotou inicialmente o IFRS - 15 Receitas de Contratos com Clientes e a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, sem efeito material nas demonstrações financeiras. **a)** CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - Estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e a CPC 30 - Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. Após análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras dado que o controle e todos os direitos e benefícios das vendas de produtos e prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da realização da transação ou na aferição do benefício do próprio serviço. **b)** CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - A IFRS 9 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias principais: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor por meio do Outros Resultados Abrangentes (OCI), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças em relação aos critérios atuais. A IFRS 9

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)			
	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	24	126.729	115.593
<b>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</b>	25	(76.237)	(72.935)
<b>Lucro bruto</b>		50.492	42.658
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	25	(23.437)	(23.661)
Com vendas	25	(14.136)	(14.922)
Outras despesas operacionais, líquidas	25	(8.787)	(8.342)
Perda no valor de recuperação de ativos - impairment	11	–	(26.031)
Itens não recorrentes	26	–	(2.397)
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>		4.132	(32.695)
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	29	1.507	3.288
Despesas financeiras	29	(15.133)	(16.588)
		(13.626)	(13.300)
<b>Prejuízo do exercício</b>		(9.494)	(45.995)
<b>Prejuízo por ação - básico e diluído - R\$</b>	22	(0.159)	(0.769)

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2018	31/12/2017	
<b>Prejuízo do exercício</b>	(9.494)	(45.995)	
Outros resultados abrangentes	–	–	
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	(9.494)	(45.995)	
As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras			
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017</b>			
(Em milhares de reais - R\$)			
	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	197.480	(45.786)	151.694
Prejuízo do exercício	–	(45.995)	(45.995)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	197.480	(91.781)	105.699
Prejuízo do exercício	–	(9.494)	(9.494)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	197.480	(101.275)	96.205

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício		(9.494)	(45.995)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	25	11.582	11.328
Baixa e provisão de ativo imobilizado e intangível	25	2.836	1.713
Perda no valor de recuperação de ativos	11	–	26.031
Provisão para obsolescência de estoques	25 e 26	555	3.267
Provisão de ajuste a valor presente - contas a receber		(25)	(79)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25 e 26	409	2.434
Perda de créditos de clientes	25	734	1.346
Provisão de ajuste a valor presente - fornecedores		223	371
Constituição de provisão para riscos	20.1	1.907	1.887
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	13	5.443	6.718
Variações cambiais sobre empréstimos	13	–	(23)
Juros sobre debêntures	14	3.229	2.859
Juros sobre contratos com partes relacionadas	18	746	60
Atualização monetária sobre indenizações a receber	29	(159)	(176)
Juros e atualização monetária		338	465
Outras provisões		130	125
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.227)	(1.088)
Estoques		(1.629)	(1.282)
Impostos a recuperar		(729)	123
Depósitos judiciais		270	(420)
Indenizações a receber	9	(125)	(352)
Outras contas a receber		(295)	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.746	(592)
Salários, provisão para férias e encargos		492	(3.340)
Impostos e contribuições a recolher		259	(3.486)
Impostos e contribuições parcelados		(266)	3.921
Pagamento de provisão para riscos		(2.722)	(1.479)
Adiantamentos de clientes		199	(305)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		14.427	4.030
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	13	(5.521)	(7.301)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		8.906	(3.271)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao imobilizado	10	(5.150)	(6.274)
Adições ao intangível	11 e 32	(3.670)	(3.330)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(8.820)	(9.604)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos	13	26.389	17.279
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13	(23.435)	(23.531)
Partes relacionadas - valores pagos e recebidos	9 e 18	2.222	1.637
Debêntures	14	–	6.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		5.176	1.385
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		5.262	(11.490)
Caixa e equivalentes de caixa Saldo inicial	4	8.237	19.727
Saldo final	4	13.499	8.237
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		5.262	(11.490)

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

introduziu um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável em ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda de crédito esperado. A Companhia aplicou a abordagem simplificada e registrou perdas esperadas durante toda a vida em todo o contas a receber de clientes. Além dos efeitos nas provisões por inadimplência de recebíveis de clientes mencionadas acima, a adoção da IFRS 9 teve impacto na classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação anterior	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo através do resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Indenizações a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Adiantamentos de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

**3.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas** - As novas IFRS emitidas pelo IASB e os respectivos pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e ainda não em vigor são: IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019). Os dois principais contratos no escopo da IFRS 16 tratam-se: a) Contrato de aluguel do prédio

>>>Continua...<<<

**Continuação...**

da matriz, situado em Barueri, São Paulo. O contrato possui vigência de 5 anos sendo que, para efeito de avaliação dos possíveis impactos, consideramos a expectativa de renovação do contrato por mais um período de 5 anos. b) Contratos de aluguel de imóveis, das filiais, situadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Os contratos possuem vigência de 5 anos sendo que, para efeito de avaliação dos possíveis impactos, consideramos a expectativa de renovação do contrato por mais um período de 3 anos. c) Contrato de aluguel de veículos, utilizados para atendimento nas operações de assistência técnica. O contrato possui vigência de 3 anos, para efeito de avaliação dos possíveis impactos, consideramos a expectativa de renovação do contrato por mais um período de 3 anos. Desta forma, o efeito esperado do registro do (i) ativo de direito de uso e do (ii) passivo de arrendamento no balanço da Companhia é R\$9.000, apurado com base nos critérios estabelecidos pela nova norma. Não há expectativa de impactos relevantes no resultado da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos (a)	169	30
Títulos de capitalização (b)	1.189	954
Aplicações financeiras (c)	12.141	7.253
Total	13.499	8.237

(a) Os saldos da rubrica "Caixa e bancos" são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil. (b) Títulos de capitalização remunerados por taxa referencial básica atrelada à caderneta de poupança. (c) As aplicações financeiras são denominadas em reais, correspondem a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, e são indexadas por taxas variáveis de 98% até 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez imediata.

5. Contas a receber	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber	17.953	21.450
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.249)	(8.855)
Total	12.704	12.595

Ativo circulante 12.670 12.516  
Ativo não circulante 34 79

O saldo de contas a receber por período de vencimento está apresentado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	10.195	10.249

Vencidos:	31/12/2018	31/12/2017
Até 30 dias	1.852	1.616
Entre 31 e 90 dias	615	451
Entre 91 e 180 dias	346	422
Entre 181 e 360 dias	626	935
Acima de 360 dias	4.319	7.777
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.249)	(8.855)
Total	12.704	12.595

As contas a receber são apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas esperadas na realização das contas a receber. As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas ao resultado do exercício como "Despesas com vendas". A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir: Saldo em 31 de dezembro de 2016 (11.759) Constituição de provisão (2.434) Reversão da provisão por baixa dos títulos 5.338 Saldo em 31 de dezembro de 2017 (8.855) Constituição de provisão (409) Reversão da provisão por baixa dos títulos 4.015 Saldo em 31 de dezembro de 2018 (5.249)

6. Estoques	31/12/2018	31/12/2017
Matéria-prima	2.057	2.210
Produtos em elaboração	141	130
Produtos acabados	3.876	2.293
Mercadorias para revenda	2.643	1.303
Equipamentos e peças em poder de terceiros	4.925	11.903
Outros	927	714
Total	14.569	18.553

Provisão para perdas nos estoques (\*) (3.375) (8.433)  
Total 11.194 10.120

(\*)Corresponde substancialmente à expectativa de perda com itens obsoletos e de giro lento. A movimentação da provisão para perdas nos estoques é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(7.264)
Constituição de provisão	(3.267)
Reversão da provisão por baixa dos itens	2.098
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(8.433)
Constituição de provisão	(555)
Reversão da provisão por baixa dos itens	5.613
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.375)

7. Impostos a recuperar	31/12/2018	31/12/2017
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar	1.368	1.063
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	798	93
Programa de integração social - PIS	174	23
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recuperar	8	427
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	66	104
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI a recuperar	24	58
Outros impostos a recuperar	152	93
Total	2.590	1.861

8. Imposto de renda e contribuição social - a) Imposto de renda e contribuição social diferidos Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente e pelos benefícios fiscais dos ágios incorporados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Adições temporariamente indedutíveis:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.785	3.011
Provisão para riscos	3.368	3.500
Provisão para perdas nos estoques	1.148	2.867
Provisão de serviços prestados	205	244
Outras provisões	750	604
Base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal	60.114	57.135
Não reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(9.391)	(8.807)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	57.979	58.554
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos - realização do ágio incorporado	(44.447)	(44.447)
Total	13.532	14.107

A Administração da Companhia, após a revisão dos estudos e as projeções para avaliação da geração de resultados positivos futuros prováveis, para a qual os prejuízos fiscais possam ser compensados, não identificou a necessidade de ajuste no saldo de impostos diferidos em montante que possibilite a compensação futura dos créditos tributários nos próximos dez anos. Em 2018, a Companhia manteve o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos em 2017, considerando as projeções de resultados tributáveis futuros. Adicionalmente, em 2018, efetuou a compensação de R\$575 (R\$9.424 em 2017) do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos com valor de impostos e contribuições parcelados no âmbito da consolidação do Programa Especial de Regularização Tributária - PERT. b) Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício	(9.494)	(45.995)
Alíquota combinada conforme a legislação fiscal vigente - %	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL	3.228	15.638
Não reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(9.391)	(8.807)
Reconhecimento de "impairment" de ágio	-	(8.851)
Diferenças permanentes	6.163	2.020
IRPJ e CSLL creditados (debitados) ao resultado do exercício	-	-

9. Indenizações a receber - Conforme previsto no contrato de compra e venda de cotas das empresas Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda. ("Rodosis") em janeiro de 2008, Control Loc Tecnologia em Rastreamento de Veículos Ltda. ("Control Loc") em março de 2008, Teletrem Telecom Ltda. ("Teletrem") em janeiro de 2009 e ControlSat Informática e Serviços Ltda. ("ControlSat") em agosto de 2009, os ex-sócios controladores dessas empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data de compra do controle das empresas. Se essas obrigações legais se consumarem como perda para a Companhia, esses ex-acionistas controladores reembolsarão a Companhia financeiramente. Atualmente existem saldos a serem indenizados tanto pelos acionistas da Companhia como pelos ex-sócios, conforme resumido a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Riscos ainda</b>		
<b>Processos já materializados e já pagos</b>		
A receber de ex-sócios	322	252
A receber dos acionistas da Companhia	6.054	4.841
Total das indenizações a receber	6.376	5.093
<b>Processos não pagos, mas provisionados no passivo (*)</b>		
Total	10.895	10.697

Total das indenizações a receber 11.469 11.185  
(\* ) Desse montante, R\$2.234 possuem como contrapartida a conta de impostos e contribuições parcelados (nota explicativa nº17), R\$2.516 possuem como contrapartida a conta de provisão para riscos (nota explicativa nº20) e R\$343 está contabilizado como "Outras provisões" no passivo não circulante.

A movimentação de indenizações a receber é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.239	
Adições de processo a receber dos acionistas da Companhia	639	
Atualização monetária a receber dos acionistas	176	
Adições de processo a receber de ex-sócios de empresa adquirida	131	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.185	
Adições de processo a receber dos acionistas da Companhia	103	
Atualização monetária a receber dos acionistas	159	
Adições de processo a receber de ex-sócios de empresa adquirida	76	
Reversões por alteração de risco em contrapartida	(54)	
Provisão para riscos	(54)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.469	

Em 31 de dezembro de 2018, o montante das indenizações a receber dos ex-sócios é de R\$574 (R\$488 em 2017). A liquidação dessas contas a receber está condicionada à consumação das perdas financeiras por conta dessas obrigações legais. Adicionalmente, em acordo de acionistas da Companhia firmado em 2008, foi previsto que as perdas financeiras de contingências relativas ao período anterior do respectivo acordo serão de responsabilidade dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2018, o montante das indenizações a receber dos acionistas da Companhia é de R\$10.895 (R\$10.697 em 2017). Os saldos poderão ser realizados futuramente por meio do recebimento de caixa ou mediante a compensação com participação societária. Do saldo em 31 de dezembro de 2018, R\$6.054 (R\$5.526 em 2017) referem-se a processos em que já houve o desembolso financeiro e R\$4.841 (R\$5.171 em 2017) referem-se a processos em que ainda não houve o pagamento e, consequentemente, existe uma correspondente provisão de riscos no passivo. Para os casos em que já houve o desembolso, o saldo é atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Para os casos em que ainda não houve o desembolso, o saldo do ativo corresponde ao valor provisionado no passivo.

**10. Imobilizado**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Taxa anual de depreciação-%</b>		
<b>Depreciação acumulada</b>		
<b>Líquido</b>		
<b>Líquido</b>		
Rastreadores e equipamentos de telemetria em comodato	14,29 a 20	41.134
Equipamentos de informática	10 a 33,33	11.580
Máquinas e equipamentos	5 a 20	1.693
Móveis e utensílios	6,7 a 14,6	1.402
Benefitorias em propriedade de terceiros	20 a 33,33	3.969
Outros	10 a 20	1.110
Total	60.888	(39.985)

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2017
Rastreadores e equipamentos de telemetria em comodato	19.148	5.885	(1.010)	(4.920)	19.103
Equipamentos de informática	2.376	234	-	(625)	1.985
Máquinas e equipamentos	823	41	(1)	(170)	693
Móveis e utensílios	1.064	15	(329)	(147)	603
Benefitorias em propriedade de terceiros	158	70	-	(72)	156
Outros	121	29	-	(60)	90
Total	23.690	6.274	(1.340)	(5.994)	22.630
				<b>Depreciação</b>	
				<b>31/12/2017</b>	
Rastreadores e equipamentos de telemetria em comodato	19.103	4.780	(756)	(5.238)	17.889
Equipamentos de informática	1.985	304	-	(550)	1.739
Máquinas e equipamentos	693	53	-	(151)	595
Móveis e utensílios	603	13	17	(93)	540
Benefitorias em propriedade de terceiros	156	-	(2)	(83)	71
Outros	90	-	-	(21)	69
Total	22.630	5.150	(741)	(6.136)	20.903

**11. Intangível**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Amortização acumulada</b>		
<b>Líquido</b>		
<b>Líquido</b>		
Ágio na aquisição de controladas (a):		
Control Loc	48.048	(15.225)
Rodosis	11.172	(11.172)
ControlSat	7.946	(7.946)
Ágio - CISR	73.721	(3.686)
Total	140.887	(38.029)

	31/12/2018	31/12/2017
Outros intangíveis:		
Desenvolvimento de produtos e serviços (b)	45.390	(25.325)
Softwares (c)	13.597	(11.552)
Total	58.987	(36.877)
Total	199.874	(74.906)

(a) Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos, até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém, são submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC01- Redução ao valor recuperável de ativos. Em 31 de dezembro de 2018, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis nas operações não indicaram ajustes (R\$26.031 em 31 de dezembro de 2017). (b) Compreende gastos com desenvolvimento de produtos e serviços (substancialmente relacionados ao desenvolvimento de novos rastreadores e soluções tecnológicas para gestão de frotas e telemetria). A amortização é calculada pelo método linear, no prazo máximo de sete anos, a partir do início da comercialização dos produtos e/ou serviços. Em 2018, a Companhia reconheceu no resultado um "impairment" de R\$2.095 por descontinuidade operacional. O principal projeto no montante de R\$1.936 estava relacionado ao desenvolvimento de tecnologia de rastreamento por radiofrequência ("RF"). (c) Os softwares são amortizados à taxa média anual de 17,65%. A movimentação dos outros ativos intangíveis é como segue:

	31/12/2016	Adições	tização	Baixas	31/12/2017
Desenvolvimento de produtos e serviços	24.892	3.244	(4.487)	(373)	23.276
Softwares	2.272	328	(847)	-	1.753
Total	27.164	3.572	(5.334)	(373)	25.029

	31/12/2017	Adições	Amortização	Baixas	31/12/2018
Desenvolvimento de produtos e serviços	23.276	3.651	(4.767)	(2.095)	20.065
Softwares	1.753	971	(679)	-	2.045
Total	25.029	4.622	(5.446)	(2.095)	22.110

Durante o exercício de 2018 houve a capitalização no ativo intangível de juros no montante de R\$172 (R\$242 em 2017) referente a projetos em andamento para o desenvolvimento de produtos e serviços. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, esse valor foi deduzido das adições do intangível, por ser uma transação que não afetou o caixa das atividades de investimentos.

**12. Fornecedores** - A composição do saldo de fornecedores é como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Material para estoques	5.509	2.682
Comunicação de dados por satélite	3.522	3.821
Serviços e contas de consumo	2.869	3.229
Imobilizado	1.510	1.227
Telefonia de dados	1.267	969
Total	14.677	11.928
Circulante	14.677	11.430
Não circulante	-	498

**13. Empréstimos e financiamentos**

	31/12/2018	31/12/2017
Banco Itaú Unibanco - capital de giro (a)	22.015	22.085
Banco Bradesco - capital de giro (b)	7.735	10.427
Banco BOCOM BBM (c)	5.028	-
Banco Pine (d)	3.133	-
FINEP - financiamento de novos projetos (e)	2.808	2.891
Banco ABC Brasil - (f)	1.893	2.297
Banco Safra - capital de giro (g)	1.847	2.014
Banco Bradesco - comprar (h)	1.380	1.608
Banco Fibra - capital de giro (i)	927	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (j)	-	817
Banco Safra - "conta garantida" (k)	-	599
Banco ABC Brasil - "conta garantida" (k)	-	518
Banco Itaú Unibanco - "conta garantida" (k)	-	453
Banco Itaú BBA - comissão de carta de fiança (j)	-	9
Total	46.766	43.718
Circulante	41.936	35.875
Não circulante	4.830	7.843

(a) Empréstimo para capital de giro, com prazo de vencimento de até dezoito meses, com juros de CDI mais "spread" de 4,04 a 4,40% ao ano. Em garantia foram oferecidas duplicatas a receber de clientes no montante de R\$2.200. (b) Empréstimo para capital de giro, com prazo de vencimento de até quarenta e dois meses, carência de pagamento de até 6 meses e juros de CDI mais "spread" de 6,55% até 6,80% ao ano. Em garantia foram oferecidas duplicatas a receber de clientes no montante de R\$4.067 e aplicações financeiras no montante de R\$1.330. (c) Empréstimo para capital de giro, com prazo de vencimento de doze meses, com juros de 1,20% ao mês. Em garantia foram oferecidas duplicatas a receber de clientes no montante de R\$222 e aplicações financeiras no montante de R\$1.476. (d) Empréstimo para capital de giro, com prazo de vencimento de até quatorze meses, com juros de 1,28% a 1,58% ao mês. Em garantia foram oferecidas duplicatas a receber de clientes no montante de R\$222 e aplicações financeiras no montante de R\$1.006 e aplicações financeiras no montante de R\$2.514. (e) Empréstimo para capital de giro, com prazo de vencimento de até doze meses, com juros de 1,59% ao mês. (f) Empréstimo para capital de giro, com prazo de vencimento de doze meses, com juros de CDI mais "spread" de 0,69% ao mês. Em garantia foram oferecidas duplicatas a receber de clientes no montante de R\$927. (g) Financiamento destinado a investimentos em projetos em treinamento e qualidade, estudos e projetos, pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços, infraestrutura, marketing e comercialização no âmbito do Programa BNDES para o desenvolvimento da indústria de software e serviços de tecnologia da informação - BNDES Prosoft-Empresa, com prazo de vencimento de 48 meses, carência de pagamento de 24 meses e Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescido de 2,5% ao ano, pago trimestralmente. Em garantia ao financiamento foi oferecida carta de fiança bancária contratada com o Banco Itaú BBA no montante de R\$746. A comissão bancária sobre a carta de fiança é de 2,2% ao ano sobre o valor do financiamento. Este contrato possui um "covenant" financeiro (EBITDA/dívida líquida) que precisa ser cumprido para que não seja aplicada uma multa. Em 31 de dezembro de 2017, este "covenant" não foi cumprido e foi contabilizada a multa de R\$9 referente a carta de fiança. (k) Empréstimos para capital de giro na modalidade de conta garantida, com juros que variam de 3,5% a 3,95% ao mês. Não há "covenants" financeiros que possibilitem a declaração do vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	50.334
Novas captações	17.279
Pagamentos:	
Principal	(23.531)
Juros	(7.301)
Total dos pagamentos	(30.832)
Juros provisionados e encargos apropriados	6.718
Juros capitalizados	242
Variações cambiais apropriadas	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	

## &gt;&gt;&gt;Continuação...

A movimentação das debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.193			
Novas emissões	6.000			
Juros provisionados	2.859			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.052			
Juros provisionados	3.229			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.281			
<b>15. Salários, provisão para férias e encargos</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>		
Salários a pagar	675	706		
Participação nos lucros e resultados e bônus	2.034	1.434		
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	649	595		
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	221	200		
Provisão para férias e encargos sociais	3.107	3.279		
Outros	66	46		
Total	6.752	6.260		
<b>16. Impostos e contribuições a recolher</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	513	244		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	404	374		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	229	212		
Imposto Sobre Serviços - ISS	188	375		
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	180	99		
Programa Integração Social - PIS	50	46		
Outros	146	101		
Total	1.710	1.451		
<b>17. Impostos e contribuições parcelados</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (*)	2.234	2.491		
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	836	808		
Imposto Sobre Serviços - ISS	675	887		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	667	-		
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) - Demais Impostos	295	880		
Programa Integração Social - PIS	208	-		
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) - PGFN	-	671		
Total	4.915	5.737		
Passivo circulante	1.232	1.257		
Passivo não circulante	3.683	4.480		
(*) Refere-se ao parcelamento obtido da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, em 120 meses, relativo a débito da empresa Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda., a qual foi incorporada em 2008. O saldo a pagar possui como contrapartida a conta de indenizações a receber (nota explicativa nº 9). A seguir, o mapa de movimentação dos impostos incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.				
	<b>PERT - demais impostos (a)</b>	<b>PERT - previdenciário (b)</b>	<b>PERT - PGFN (c)</b>	<b>Total</b>
Impostos em atraso	2.503	971	629	4.103
Multa e juros	808	301	286	1.395
Total de impostos em atraso	3.311	1.272	915	5.498
Saldo de parcelamentos anteriores				
Principal	2.507	3.008	-	5.515
Multa e juros	1.226	1.164	-	2.390
Total de parcelamentos anteriores	3.733	4.172	-	7.905
Total de débitos incluídos no PERT	7.044	5.444	915	13.403
Descontos financeiros concedidos a adesão ao PERT	-	(1.159)	(197)	(1.356)
Quitação com créditos de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	(5.353)	(4.071)	-	(9.424)
Transferências	-	292	-	292
Pagamentos	(811)	(506)	(47)	(1.364)
Saldo em 31 de dezembro 2017	880	-	671	1.551
Juros apropriados	21	-	-	21
Recalculo de multa e juros na consolidação do parcelamento	(12)	(365)	281	(96)
Quitação com créditos de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	12	365	(952)	(575)
Pagamentos	(606)	-	-	(606)
Saldo em 31 de dezembro 2018	295	-	-	295
(a) Refere-se a parcelamento obtido junto à Secretaria da Receita Federal em 2017, através de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) - Demais Impostos, relativo a débitos vencidos até 30 de abril de 2017. A liquidação do respectivo parcelamento ocorrerá através de pagamento em espécie de, no mínimo, 24% (vinte e quatro por cento) da dívida consolidada em vinte e quatro prestações mensais e sucessivas e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL apurados até 31 de dezembro de 2016 ou de outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Em 2017, a Companhia contabilizou R\$5.353, relativo à compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 8). Em 13 de dezembro de 2018, foi realizada a homologação da consolidação do parcelamento. Na consolidação do parcelamento ocorreu recalculo dos juros e multas de R\$12, que foi compensado em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº8). (b) Refere-se a parcelamento obtido junto à Secretaria da Receita Federal em 2017, através de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) - Previdenciária relativa a débitos com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, vencidos até 30 de abril de 2017. A adesão ao parcelamento previu o desconto financeiro no total dos débitos no montante de R\$1.159, contabilizado em resultado financeiro e o saldo remanescente foi liquidado com entrada de 5% da dívida consolidada e com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL apurados até 31 de dezembro de 2016. Em 2017, a Companhia contabilizou R\$4.071, relativo à compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 8). Em 24 de agosto de 2018, foi homologada a consolidação e liquidação do parcelamento. Na consolidação do parcelamento ocorreu recalculo dos juros e multas de R\$365, que foi compensado em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº8). (c) Refere-se a parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional em 2017, através de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), relativo a débitos do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS vencidos até 30 de abril de 2017. A adesão ao parcelamento previu o desconto financeiro no total dos débitos no montante de R\$197, contabilizado em resultado financeiro e o saldo remanescente será liquidado em até 150 prestações mensais e sucessivas. Em 31 de janeiro de 2018, foi homologada a consolidação e liquidação do parcelamento. A Companhia utilizou R\$952 de prejuízos fiscais e base negativa para compensação do saldo devedor do parcelamento, que foi contabilizado em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 8).				
<b>18. Partes relacionadas</b>				
<b>Ativo</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>		
Indenizações a receber dos acionistas da Companhia (ver nota explicativa nº9)	10.895	10.697		
Ver a divulgação da remuneração de administradores na nota explicativa nº 23. <b>Passivo não circulante</b> - O saldo a pagar a partes relacionadas de R\$4.665 em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.697 em 2017) é representado por contrato de financiamento para compras junto a fornecedores, firmados com Suppliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. (empresa do grupo do acionista Pátria), sujeitos a juros de 1,77% ao mês, com prazo de vencimento de até 3 meses. A movimentação de partes relacionadas no passivo circulante é como segue:				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-			
Novas contratações	1.914			
Pagamentos:				
Principal	(264)			
Juros	(13)			
Total dos pagamentos	(277)			
Juros provisionados	60			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.697			
Novas contratações	15.075			
Pagamentos:				
Principal	(12.196)			
Juros	(657)			
Total dos pagamentos	(12.853)			
Juros provisionados	746			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.665			

**19. Benefícios fiscais** - a) ICMS - A Companhia possui no Estado de Minas Gerais benefícios que dão direito à isenção e às restituições de impostos, que asseguram o direito ao diferimento do ICMS na importação de máquinas e equipamentos destinados a integrar o ativo imobilizado, na importação de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem destinados à fabricação de seus produtos, na aquisição, por meio de fornecedores localizados no Estado de Minas Gerais, de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, exceto energia elétrica e serviço de comunicação, e na importação de produtos de informática, telecomunicação, eletrônicos e eletroeletrônicos, além de recuperar o ICMS na figura do crédito presumido. Os benefícios fiscais são contabilizados diretamente ao resultado, a título de crédito presumido do ICMS, na rubrica "Deduções de vendas". Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, esses benefícios fiscais geraram créditos de R\$372 e R\$481, respectivamente. b) IPI - A Companhia possui projeto aprovado no Ministério da Ciência e Tecnologia que possibilita, conforme previsto na legislação, a redução de 80% na alíquota do IPI relativa aos produtos produzidos (rastreadores e terminais) em Minas Gerais. Para fazer jus à redução do IPI, a Companhia deve investir anualmente em atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias da informação, a serem realizadas no País, no mínimo 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização dos produtos contemplados com a redução do imposto, deduzidos dos tributos correspondentes a tal comercialização. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, esses benefícios fiscais geraram créditos de R\$1.697 e R\$1.530, respectivamente. **20. Provisão para riscos e depósitos judiciais** - **20.1. Provisões contabilizadas** - A Administração da Companhia, com base nas posições dos seus assessores jurídicos, registrou provisão para cobrir prováveis perdas com os processos trabalhistas e cíveis em andamento e assuntos classificados como obrigações legais, independentemente do desfecho esperado para as causas. A composição é demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Tributários (a)	130	130
Trabalhistas (b)	644	737
Cíveis (c)	6.373	7.095
Total	7.147	7.962

(a) Referem-se a disputa com a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL relacionada a incidência do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações FUST sobre o faturamento de prestação de serviços da empresa Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda., a qual foi incorporada em 2008. (b) Referem-se, substancialmente, a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício, bem como a questões trabalhistas e previdenciárias ainda em discussão judicial. (c) Referem-se, principalmente, a ações movidas por clientes pleiteando danos morais em decorrência da alegação de falhas nos serviços prestados. (d) Em 31 de dezembro de 2018, parte das provisões, no valor de R\$2.516, é oriunda das empresas que a Companhia adquiriu no passado e relativa ao período anterior ao acordo de associação dos acionistas. Nesse caso, conforme previsto no contrato de compra e venda dessas empresas e o acordo de associação, os ex-sócios controladores das empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data da compra do controle das empresas e do respectivo acordo. As provisões têm como contrapartida a conta do ativo não circulante de indenizações a receber e quando se consumarem serão reembolsadas, conforme mencionado na nota explicativa nº9.

	31/12/2016	Adições	Baixas	Pagamentos	31/12/2017
Tributários	-	130	-	-	130
Trabalhistas	821	1.002	(790)	(296)	737
Cíveis	6.733	2.222	(677)	(1.183)	7.095
Total	7.554	3.354	(1.467)	(1.479)	7.962
	31/12/2017	Adições	Baixas	Pagamentos	31/12/2018
Tributários	130	-	-	-	130
Trabalhistas	737	413	(87)	(419)	644
Cíveis	7.095	1.916	(335)	(2.303)	6.373
Total	7.962	2.329	(422)	(2.722)	7.147

Contingências com probabilidade de perda possível: A Companhia discute na esfera administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis e entende que para essas não há necessidade de provisão, pois a probabilidade de perda não é provável. Os passivos contingentes estão assim representados:

	31/12/2018	31/12/2017
Tributários	142.725	136.738
Trabalhistas	12.243	12.942
Cíveis	1.998	3.073
Total	156.966	152.753

**20.2. Contingências passivas para as quais não há provisões** - Os processos tributários mais relevantes, classificados como probabilidade de perda possível, são descritos a seguir: a) ICMS sobre prestação de serviços de comunicação - Em 2013, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo emitiu autos de infração fiscal, relativo ao período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$106.461 (já acrescidos de multa e juros). Desse montante, R\$71.646 referem-se à Zatix e R\$34.815 a TLT Monitoramento Ltda. (empresa incorporada pela Zatix em novembro de 2009). No entendimento da Secretaria da Fazenda, a Companhia deixou de recolher ICMS sobre a prestação de serviços de comunicação, na modalidade de monitoramento e rastreamento de veículos e cargas com base nas disposições contidas no Convênio ICMS do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ nº 139, de 2006. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que o respectivo convênio não se aplica à prestação de serviços (licenciamento de uso de software, processamento de dados, monitoramento, locação e assistência técnica) realizados pela Companhia, por não guardar qualquer relação com prestação de serviços de comunicação. Para essas prestações de serviços, a Companhia recolhe ISS de acordo com a lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça ("STJ"), em sede de recurso repetitivo, já definiu que os provedores de acesso não prestam serviços de telecomunicação, pois se utilizam de tais serviços como insumo para a sua atividade. Este precedente pode ser aplicado de forma análoga às atividades desenvolvidas pela Zatix, uma vez que a empresa, para a sua atividade, também se vale dos serviços de telecomunicação de terceiros, na condição de usuária b) IRPJ e CSLL - Em 22 de dezembro de 2015, a Secretaria da Receita Federal emitiu auto de infração fiscal relativo ao período de 2009 a 2013, no montante de R\$12.516 (já acrescidos de multa e juros) e também glosou prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$165.399. No entendimento da Secretaria da Receita Federal: (i) na reorganização societária que ocorreu entre 2007 a 2009, a Companhia se utilizou de pessoas jurídicas interpostas para investirem na requerente, apenas com o propósito de gerar economia tributária decorrente da amortização fiscal dos ágios reconhecidos por essas supostas "empresas veículos". Por esse motivo glosou as despesas dos ágios gerados pela Telematics, CISR, CEG, Mobisat e Zatix Participações; e (ii) a Companhia glosou despesas de amortização do ágio reconhecido na aquisição direta da empresa Controlloc, sob alegação de que a Companhia teria cometido erro no cálculo do ágio gerado na transação. De acordo com o entendimento da fiscalização, o patrimônio líquido negativo da empresa Controlloc deveria ter sido descontado do valor do ágio apurado na transação. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que todas as operações que são objeto do presente processo encontravam-se plenamente revestidas de propósito comercial e substância econômica e foram feitas entre partes não relacionadas, a valores justos de mercado. Ainda mais relevante, essas operações foram realizadas no contexto de uma associação que tinha como objetivo final e principal formar a maior e mais completa Companhia de tecnologia e soluções para rastreamento de veículos do Brasil. Em 13 de junho de 2018, no julgamento realizado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) ocorreu decisão favorável a Companhia, para o item (i) do auto de infração. A Companhia aguarda a intimação da Secretaria da Receita Federal para eventual Recurso Especial para o item (ii). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldo de provisão de R\$2.759 (R\$2.331 em 31 de dezembro de 2017) referente a estimativa de honorários advocatícios sobre esses processos ("success fee"), contabilizada na provisão para riscos. **20.3. Depósitos judiciais** - Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia mantém depósitos judiciais conforme a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Tributários	337	395
Trabalhistas	93	79
Cíveis	906	1.153
Total	1.336	1.627

**21. Patrimônio líquido** - a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social é de R\$197.480, representado por 59.787.424

ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e pertencente aos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações
FIPs do Banco Pátria S.A.	27.053.809
Maniza Participações S.A.	27.053.809
Pessoas físicas	5.679.806
Total	59.787.424

b) Reserva legal - Calculada à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado nos termos da Lei Societária, até o limite de 20% do capital social. c) Acordo de sócios - A Companhia é regulada por acordo de sócios que, entre outros assuntos, estabelece restrições às transferências de ações e aos direitos de indicação de membros ao Conselho de Administração. d) Dividendos - Os acionistas terão direito a um dividendo anual de, no mínimo, 10% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia. **22. Prejuízo por ação - básico e diluído** - O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básicos por ação:

	31/12/2018	31/12/2017
--	------------	------------

Resultado básico por ação:		
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(9.494)	(45.995)
Denominador (em milhares de reais):		
Média ponderada de número de ações ordinárias - em milhares	59.787	59.787
Resultado básico por ação - em reais	(0,159)	(0,769)

**23. Remuneração de administradores** - Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os honorários dos administradores foram de R\$2.615 e R\$2.550, respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foi pago nenhum valor a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Com respeito à remuneração com base em ações, ver divulgação na nota explicativa nº29.

	31/12/2018	31/12/2017
--	------------	------------

Receita bruta:		
Vendas de produtos e mercadorias	29.669	22.879
Licença de uso de software	76.110	70.235
Comunicação e processamento de dados	20.504	18.160
Monitoramento (auxílio na localização)	9.172	11.685
Serviços de assistência técnica	11.365	9.625
Locações	288	212
Consultoria técnica	-	11
Total	147.108	132.807

Deduções de vendas	(20.379)	(17.214)
Receita líquida de vendas de produtos e serviços	126.729	115.593

	31/12/2018	31/12/2017
--	------------	------------

<b>25. Custos e despesas por natureza</b>		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados Salários, provisões, encargos e benefícios	(21.084)	(20.456)
Telefonia de dados e comunicação de dados por satélite	(17.563)	(18.514)
Produtos e mercadorias vendidas	(15.398)	(10.935)
Depreciações e amortizações	(10.094)	(9.551)
Data center, telemetria e licença de uso	(6.390)	(5.909)
Viagens e deslocamentos	(2.146)	(2.016)
Custos com imóveis alugados	(1.915)	(1.904)
Aluguéis de automóveis, máquinas e equipamentos	(1.180)	(1.233)
Outras	(467)	(2.417)
Total	(76.237)	(72.935)

Despesas gerais e administrativas		
Salários, provisões, encargos e benefícios	(9.935)	(9.993)
Honorários e gratificações a Administradores	(2.615)	(2.550)
Despesas com imóveis alugados	(2.602)	(2.843)
Depreciações e amortizações	(1.488)	(1.777)
Honorários advocatícios e de auditoria	(1.472)	(1.518)
Manutenção e licenciamento de software	(1.336)	(942)
Assessorias técnicas, financeira e contábil	(1.133)	(2.820)
Consultoria em tecnologia da informação	(747)	(719)
Materiais e serviços de consumo	(542)	(609)
Outras	(1.567)	110
Total	(23.437)	(23.661)

Despesas com vendas		
Salários, provisões, encargos e benefícios	(6.979)	(7.837)
Comissões de vendas	(4.065)	(2.527)
Viagens e deslocamentos	(897)	(848)
Perda com créditos de clientes	(734)	(1.346)
Propaganda e publicidade	(607)	(829)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(409)	(1.106)
Telefonia fixa, celular e internet	(179)	(101)
Outras	(266)	(328)
Total	(14.136)	(14.922)

Despesas e impostos sobre sucateamento e estoques obsoletos (2.654) (855) Provisão para riscos (1.907) (1.887) Manutenção de ativo imobilizado (889) (646) Baixa e provisão para perda de ativo imobilizado e intangível (2.836) (1.713) Provisão para obsolescência de estoques (555) (3.267) Outras 54 26 Total (8.787) (8.342)

**26. Itens não recorrentes** - Itens não recorrentes são aqueles que, de acordo com as práticas contábeis da Companhia, não ocorrem regularmente como parte das atividades operacionais do negócio. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de alteração de política contábil para provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 5) e despesas extraordinárias incorridas com instabilidade dos sistemas para rastreamento, em virtude da natureza não recorrente de tais eventos. Os itens não recorrentes, incluídos na demonstração de resultado, estão demonstrados a seguir:

## &gt;&gt;&gt;Continuação...

de 2018. **28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos** - A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias e reduzir a exposição aos riscos de mercado, à moeda e taxa de juros. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros. **Análise de sensibilidade** - Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão relacionados à variação da TJLP, para financiamento com o FINEP e a variação do CDI para demais operações de empréstimos para capital de giro. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas às quais a Companhia está exposta na data base 31 de dezembro de 2018, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e CDI vigente em 31 de dezembro de 2018, foi definido o cenário provável para o ano 2018, sendo calculadas variações de 25% a 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de caixa de vencimentos programados. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI e TJLP para os próximos 12 meses, cuja média foi de 6,64% e 6,75% para o ano 2019, respectivamente, e esse definido como cenário provável, sendo calculadas variações de 25% e 50%.

Operação	Risco	Cenário I -	Cenário II	Cenário III
		provável	- 25%	- 50%
Financiamento FINEP	Aumento da TJLP	6,69%	8,36%	10,04%
Valor dos financiamentos		2.808	2.808	2.808
Despesa financeira estimada		188	235	282
Operação	Risco	Cenário I -	Cenário II	Cenário III
		provável	- 25%	- 50%
Demais empréstimos	Aumento do CDI	6,39%	7,99%	9,59%
Valor dos demais empréstimos		43.958	43.958	43.958
Despesa financeira estimada		2.809	3.512	4.216

Gerenciamento de riscos - os principais riscos que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos devido aos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do

fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos	Entre	Entre dois e	Total
	de um ano	um dois e anos	cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2018:				
Empréstimos e financiamentos	44.090	3.781	1.845	49.717

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos. b) Risco de crédito: a base de clientes da Companhia é bastante diversificada. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitarem no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. c) Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e CDI, que podem afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. d) Gestão de capital: o objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha "rating" de crédito e relação de capital adequados, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e financiamentos

Debêntures

(-) Caixa e equivalentes de caixa

Dívida líquida (A)

Patrimônio líquido (B)

(-) Índice de endividamento (A/B)

e) Risco cambial: Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui exposição aos riscos de câmbio para fornecedores estrangeiros. O valor da exposição cambial passiva é de R\$927.

31/12/2018 31/12/2017

46.766 43.718

27.281 24.052

(13.499) (8.237)

60.548 59.533

96.205 105.699

62,9% 56,3%

## Diretoria

Michel Jacques Levy - Diretor Presidente - Fabio Akira Pianovski Kato - Diretor Financeiro

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Zatix Tecnologia S.A. **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Zatix Tecnologia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zatix Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases - Contingências possíveis** - Conforme descrito na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, a Companhia discute na esfera administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis que totalizam R\$156.966 mil e R\$152.753 mil em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva em virtude deste assunto. **Capital circulante líquido negativo** - A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 57.672 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 24.726 mil em 31 de dezembro de 2017), sendo que destes, R\$27.281 mil é com partes relacionadas. A administração entende que essa situação será revertida com as ações descritas na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva em virtude deste assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

## Deloitte

DELOITTE BRASIL  
Auditores Independentes Ltda.

## Gerente de Controladoria

Alexandre Ferreira da Silva - CRC nº 1SP 181366/O-9

José Luiz Santos Vaz Sampaio  
Contador - CRC nº 1 BA 015640/O-3

## SPE JUREMAS ENERGIA S.A.

CNPJ/MF 09.665.446/0001-00

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, vimos submeter à consideração de V.Sas. As Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 da empresa SPE Juremas Energia S.A. As Demonstrações Financeiras na íntegra encontram-se à disposição na sede da Companhia. Continuamos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos relativos às contas prestadas.

São Paulo, 08 de março de 2019

A Administração

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	31/12/2018	31/12/2017	Passivo e patrimônio líquido	
			31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	3.387	4.940	Fornecedores	323
Contas a receber de clientes	1.431	3.858	Empréstimos e financiamentos	3.598
Impostos a recuperar	541	476	Obrigações tributárias	356
Despesas Antecipadas	74	161	Dividendos a pagar	1.403
<b>Total do circulante</b>	<b>5.433</b>	<b>9.435</b>	Adiantamentos de clientes	271
<b>Não circulante</b>			Outros passivos	54
Aplicações financeiras vinculadas	11.146	7.879	<b>Total do circulante</b>	<b>6.005</b>
Contas a receber de clientes	3.971	-	<b>Não circulante</b>	<b>9.586</b>
Imobilizado	54.946	57.946	Empréstimos e financiamentos	36.493
Intangível	16	-	Adiantamentos de clientes	2.197
<b>Total do não circulante</b>	<b>70.079</b>	<b>65.825</b>	Provisão para custos socioambientais e de desmobilização de ativos	877
			<b>Total do não circulante</b>	<b>39.567</b>
			<b>Patrimônio líquido</b>	<b>40.489</b>
			Capital social	17.137
			Reservas de lucros	12.803
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>29.940</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>75.512</b>	<b>75.260</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>75.512</b>

## Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2018	31/12/2017	Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais - R\$)	
			31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	18.315	15.848	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
Custo de geração de energia elétrica	(8.217)	(6.250)	Lucro antes dos tributos sobre a renda	7.267
<b>Lucro bruto</b>	<b>10.098</b>	<b>9.598</b>	Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais	2.984
<b>Despesas Operacionais</b>			Depreciação	2.984
Gerais e administrativas	(78)	(51)	Encargos financeiros e atualização monetária de empréstimos e financiamentos	3.610
<b>Lucro operacional antes dos resultados financeiros</b>	<b>10.020</b>	<b>9.547</b>	Ajuste a valor presente da provisão para custos socioambientais e de desmobilização de ativos	82
			Reversão da provisão para custos socioambientais	(172)
			<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>	
			Contas a receber de clientes	(1.544)
			Impostos a recuperar	(65)
			Despesas Antecipadas	87
			<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>	
			Fornecedores	(749)
			Obrigações tributárias	(64)
			Adiantamentos de clientes	91
			Pagamento de custos socioambientais	(60)
			Outros passivos	31
			<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>11.730</b>
			Imposto de renda e contribuição social pagos	(894)
			Juros pagos	(3.353)
			<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>7.483</b>
			<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	
			Aplicações financeiras vinculadas	(3.267)
			<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(3.267)</b>
			<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	
			Amortização de empréstimos e financiamentos	(3.463)
			Pagamento de dividendos	(2.306)
			Integralização de capital social	-
			<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(5.769)</b>
			<b>(Redução) aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.553)</b>
			<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	
			No início do exercício	4.940
			No fim do exercício	3.387
			<b>(Redução) aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.553)</b>

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais - R\$)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>17.116</b>	<b>8.443</b>	<b>333</b>	<b>3.636</b>	<b>-</b>	<b>21.085</b>
Integralização de capital social	21	-	-	-	-	21
Reversão de dividendos para reserva de lucros	-	-	-	39	-	39
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.299	5.299
Proposta da administração:						
Constituição de reserva legal	-	-	265	-	(265)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.259)	(1.259)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	3.775	(3.775)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>17.137</b>	<b>8.443</b>	<b>598</b>	<b>7.450</b>	<b>-</b>	<b>25.185</b>
Reclassificação entre reservas	-	21	(21)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.236	6.236
Proposta da administração:						
Constituição de reserva legal	-	-	312	-	(312)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.481)	(1.481)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	4.443	(4.443)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>17.137</b>	<b>8.464</b>	<b>910</b>	<b>11.893</b>	<b>-</b>	<b>29.940</b>

## A Diretoria

Daniela Ribeiro Mendes - Contadora CRC 1SP199348/O-0

